

Futuros roubados: Os impactos da injustiça fiscal no Direito à Educação

Outubro de 2024

Conteúdo

Agradecimentos	4
Prefácio.....	5
Resumo executivo	7
Introdução.....	10
O que é justiça fiscal?	12
Justiça fiscal e direitos humanos.....	13
O 5 Rs da justiça fiscal	16
Financiamento da educação e justiça fiscal.....	18
A estrutura 4S	20
Conclusões do relatório	22
Impactos do abuso fiscal	22
Impactos no acesso à educação	22
Impactos sobre os professores	24
Tabela 1: Perdas fiscais e aumento potencial da força de trabalho e dos salários dos professores do ensino fundamental (Global)	25
Imposto sobre a riqueza.....	26
Tabela 2: Imposto sobre a fortuna, receita tributária e orçamentos educacionais (Global)	27
Índices de impostos em relação ao PIB.....	27
Tabela 3: Índices de impostos em relação ao PIB, receita tributária e impactos nos orçamentos da educação (Global)	29
Tabela 4: Receita potencial da recuperação de abusos fiscais e do imposto global sobre a riqueza como porcentagem de um aumento de cinco pontos percentuais (pp) nas taxas de imposto sobre o PIB	29
Chamada para ação	30
Ação sobre impostos.....	30
O ABC DEFG ₃ de justiça fiscal	31
Ação na educação	35
Conclusão.....	37
Metodologia	39
Os conjuntos de dados	40
Equações	44
Anexos.....	46
Tabela 5: Prejuízos fiscais e matrículas no ensino fundamental por país	46

Tabela 6: Perdas fiscais devido a abuso fiscal e aumento potencial da força de trabalho de professores por país (nível de ensino fundamental)	51
Tabela 7: Perdas fiscais devido a abuso fiscal e aumento potencial nos salários dos professores por país (nível de ensino fundamental)	58
Tabela 8: Índices de impostos em relação ao PIB, receita tributária e impactos nos orçamentos da educação por país.....	64
Tabela 9: Imposto sobre a fortuna, receita tributária e orçamentos educacionais por país	73
Referências.....	78

Agradecimentos

Este relatório foi escrito por Carolina Rodrigues Finette, com o apoio de Alex Cobham, Alison Schultz, Cecile Clerc, Gonzalo Villanueva, Layne Hofman, Liz Nelson, Lucas Millán, Mario Cuenda García, Mark Bou Mansour, Naomi Fowler e Zoe Parkin (Tax Justice Network). Estendemos nossos sinceros agradecimentos a Ashina Mtsumi e David Archer (ActionAid International), Antonia Wulff e Jennifer Ulrick (Education International), Cecilia Soriano e Vernor Muñoz (Campanha Mundial pelo Direito à Educação) e Bernadette O' Hare (Projeto GRADE, Universidade de St Andrews) por suas inestimáveis contribuições para este relatório.

EDUCATION OUTLOUD
advocacy & social accountability

GPE
Transforming
Education

Co-financiado por Education Out Loud.

Esse relatório foi parcialmente produzido com o apoio financeiro da Education Out Loud. Os conteúdos deste relatório são de responsabilidade da Tax Justice Network e não necessariamente refletem as opiniões da Oxfam Denmark e GPE.

Prefácio

Estima-se que US\$ 4 trilhões por ano são necessários para realizar plenamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).¹ À medida que nos aproximamos rapidamente de 2030, a urgência para alcançá-los nunca foi tão grande. Esse número impressionante demonstra a necessidade crítica de garantir financiamento adequado e sustentável para apoiar a implementação bem-sucedida dos ODSs.

A Cúpula da Educação Transformadora, em setembro de 2022, foi um evento de alto nível sem precedentes, reunindo Chefes de Estado em uma escala nunca vista antes para se concentrar em soluções para o ODS 4, que garante o direito à educação para todas as pessoas. Entre os cinco temas principais da Cúpula, um foi dedicado exclusivamente ao financiamento da educação. O Documento de Discussão sobre Financiamento Educativo da Cúpula da Educação Transformadora foi preparado em colaboração com todos os 193 Estados Membros da ONU, e um Apelo à Ação sobre Financiamento da Educação, endossado pelo Secretário-Geral da ONU, pediu uma ação abrangente sobre justiça fiscal, alívio da dívida externa e reconsideração das medidas de austeridade para alcançar o ODS 4.²

Essas reformas são fundamentais para garantir o financiamento adequado para oferecer educação inclusiva, equitativa e de alta qualidade para todas as crianças. Apesar desses apelos à ação, o caminho para alcançar essas metas ambiciosas continua sendo dificultado por sistemas financeiros enraizados em dinâmicas de poder injustas que continuam a promover desigualdades em todo o mundo. Esses obstáculos exigem uma correção imediata e eficaz.

Este relatório da Tax Justice Network demonstra o potencial de receita adicional que poderia ser gerada por meio da implementação de políticas fiscais progressivas, em especial à implementação de impostos sobre a fortuna e o impacto das impressionantes perdas anuais de receita devido ao abuso fiscal por parte de empresas multinacionais e indivíduos ricos. O relatório também examina como essas duas medidas poderiam contribuir para aumentar as taxas de imposto sobre o PIB em cinco pontos percentuais e quanto isso representaria em termos de receita adicional em diferentes países. Ao combinar os possíveis fundos extras que os governos poderiam arrecadar com a implementação de reformas tributárias progressivas, o relatório destaca o impacto transformador que esses recursos adicionais poderiam ter sobre o direito à educação. Estes fundos tem o poder de abrir caminho para o acesso de dezenas de milhões de crianças à escola e apoiar os esforços

¹ United Nations Department of Economic and Social Affairs, *Report of the Inter-Agency Task Force on Financing for Development*.

² UNESCO, 'Thematic Action Track 5: Financing of Education Discussion Paper (Transforming Education Summit 2022)'.

para enfrentar a crise global de falta de professores, permitindo a contratação de milhões de novos professores.

Nos próximos meses, oportunidades significativas de ação surgirão por meio dos preparativos para a Quarta Cúpula de Financiamento para o Desenvolvimento e das negociações intergovernamentais históricas em andamento sobre uma convenção tributária da ONU. Elas oferecem plataformas sem precedentes para remodelar a arquitetura financeira global e redirecionar os investimentos para o ODS4. Devemos aproveitar essas oportunidades para pressionar os governos a honrarem seus compromissos de garantir que a educação pública gratuita e de qualidade seja garantida como um direito universal, e não um privilégio para poucos.



Sra. Farida Shaheed

Relatora Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Educação

A Sra. Farida Shaheed, do Paquistão, foi nomeada Relatora Especial sobre o direito à educação em 2022. Ela é diretora executiva da principal organização de justiça de gênero do Paquistão, Shirkat Gah - Women's Resource Centre. Ela também é especialista/consultora independente de várias agências de desenvolvimento da ONU, internacionais e bilaterais, do governo do Paquistão e de iniciativas da sociedade civil, além de participar de vários comitês consultivos internacionais e nacionais. Atuou como membro da Comissão Nacional do Paquistão sobre o Status da Mulher e como a primeira Relatora Especial no campo dos direitos culturais de 2009 a 2015.

Resumo executivo

Os sistemas educacionais em todo o mundo estão lutando contra o subfinanciamento crônico, um problema persistente que prejudica a qualidade e o acesso à educação.³ Apesar dos inúmeros compromissos internacionais, a disparidade entre as promessas feitas e a realidade nas escolas continua a se ampliar. Essa crise ressalta a necessidade urgente de uma solução sustentável para melhorar o financiamento educacional. Em média, 97% do financiamento da educação ao redor do mundo provêm de fontes domésticas,⁴ destacando o papel fundamental da receita nacional na sustentação dos orçamentos educacionais. Para enfrentar esse desafio, é essencial explorar como as medidas de justiça fiscal podem servir como uma solução sustentável e transformadora.

Medidas de justiça fiscal, como a implementação de impostos nacionais sobre a riqueza e outras medidas progressivas e o combate ao abuso fiscal, podem aumentar a proporção de impostos em relação ao PIB e proporcionar um caminho para a expansão significativa dos orçamentos da educação. Ao aumentar as receitas nacionais, essas medidas não apenas aumentam o financiamento disponível para a educação, mas também fortalecem a receita geral do governo, beneficiando todos os setores públicos.⁵ Além disso, a justiça fiscal é uma ferramenta poderosa para a redistribuição de renda, ajudando a reduzir as desigualdades e a promover a realização dos direitos.⁶

Este relatório investiga como medidas tributárias progressivas podem transformar o financiamento dos sistemas de educação pública. Ele explora o impacto potencial da recuperação da receita perdida com o abuso fiscal e a implementação de impostos sobre a riqueza, concentrando-se na realocação de 20% da receita dessas medidas para apoiar o direito à educação. Além disso, avalia como ambas as medidas poderiam ajudar a aumentar os índices de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais e estima a receita adicional resultante que esse aumento poderia gerar.

Começamos introduzindo o conceito de justiça fiscal, seus principais componentes e as atuais reformas tributárias intergovernamentais em negociação. Em seguida, apresentamos como a justiça fiscal afeta diretamente a provisão de Direitos Humanos, introduzindo a estrutura dos 5 Rs.⁷ Em seguida, examinamos a atual crise de financiamento dos


³ International Commission on Financing Global Education Opportunity, 'The Learning Generation: Investing in Education for a Changing World'.

⁴ International Commission on Financing Global Education Opportunity.

⁵ Nelson, 'Tax Justice & Human Rights'.

⁶ Cobham, Mohiuddin, and Nelson, 'Global Tax Justice and Human Rights'.

⁷ Tax Justice Network, 'Beyond20: A New Strategic Framework for the Tax Justice Network'.



sistemas educacionais em todo o mundo⁸ e apresentamos os principais dados sobre como esse cenário poderia ser transformado pela implementação de medidas tributárias progressivas com base nos dados de nosso relatório O Estado da Justiça Fiscal 2023.⁹ Por fim, concluímos oferecendo recomendações em nível nacional e global que reconhecem a importância das negociações em andamento sobre a convenção tributária da ONU. Essas negociações intergovernamentais de alto nível apresentam uma oportunidade única de exigir ações concretas dos governos para promover uma mudança em direção a um sistema financeiro mais inclusivo e transparente, garantindo que os sistemas tributários possam apoiar o financiamento adequado da educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas.

⁸ Tax and Education Alliance, 'Transforming Education Financing: A Toolkit for Activists'.

⁹ Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

IMPOSTOS E EDUCAÇÃO EM RESUMO

A prevenção de abusos fiscais internacionais poderia permitir que **21 milhões** de crianças no nível primário frequentassem a escola ou contratar **20 milhões** de novos professores para esse nível escolar.



AUMENTAR AS TAXAS DE IMPOSTOS EM RELAÇÃO AO PIB

em 5 pontos percentuais poderia arrecadar mais de **US\$ 1 trilhão** anualmente para os orçamentos da educação.

5X o valor necessário para atingir o ODS 4 até 2030.

Esse aumento poderia permitir que **326 milhões** de crianças frequentassem a escola.



A implementação de um **imposto sobre a riqueza** semelhante ao modelo espanhol poderia arrecadar **US\$ 440 bilhões** para os orçamentos da educação, possibilitando que mais de **108 milhões** de crianças frequentassem a escola.



Introdução

Apesar dos inúmeros compromissos assumidos pelos governos, a maioria dos sistemas educacionais em todo o mundo continua a enfrentar uma profunda crise de financiamento.¹⁰ A lacuna entre as promessas feitas em declarações internacionais e a realidade nas escolas está se aprofundando, deixando muitos sistemas educacionais com dificuldades para cumprir o seu papel.

Atualmente, 97% dos recursos para a educação são provenientes de fontes domésticas.¹¹ Isso demonstra a necessidade de ampliar a base de receita doméstica disponível para garantir o financiamento adequado do setor. A Cúpula da Educação Transformadora (TES),¹² o Documento de Discussão da TES sobre Financiamento Educativo¹³ e o Apelo à Ação sobre Financiamento da Educação¹⁴ defenderam a necessidade de ampliar a receita interna para garantir um fluxo de financiamento estável e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade à ajuda financeira externa e assegurando que os setores essenciais recebam apoio consistente.¹⁵

No entanto, nossos governos perdem aproximadamente US\$ 480 bilhões todos os anos com o abuso de impostos - dinheiro que poderia ser alocado para promover os nossos direitos.¹⁶ Essa enorme perda de receita prejudica gravemente a capacidade dos governos de investir em serviços públicos essenciais, incluindo educação, saúde e muitos outros.¹⁷ O desvio desses fundos devido ao abuso fiscal priva as comunidades de recursos essenciais e dificulta os esforços para alcançar um desenvolvimento equitativo e sustentável. A ação progressiva sobre os impostos é fundamental para recuperar a receita perdida e garantir que ela seja usada para apoiar o bem público, diminuir a desigualdade social e atender às necessidades fundamentais de nossas comunidades.

A tributação da riqueza extrema por meio de um imposto moderado e progressivo também pode gerar a receita estável e sustentável de que os países precisam para enfrentar os desafios globais urgentes, como as mudanças climáticas, a crise do custo de vida e o aumento dos níveis de

¹⁰ United Nations Human Rights Council, 'Report of the Special Rapporteur on the Right to Education'.

¹¹ Comissão Internacional sobre o Financiamento da Oportunidade Global de Educação, 'The Learning Generation: Investindo em Educação para um Mundo em Transformação'.

¹² 'Transforming Education Summit | United Nations'.

¹³ UNESCO, 'Thematic Action Track 5: Financing of Education Discussion Paper (Transforming Education Summit 2022)'.

¹⁴ United Nations, 'Financing Education: Investing More, More Equitably and More Efficiently in Education'.

¹⁵ Comissão de Educação, 'The Learning Generation: Domestic Tax and Education'.

¹⁶ Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

¹⁷ Cobham, Mohiuddin, and Nelson, 'Global Tax Justice and Human Rights'.

endividamento.¹⁸ Essa receita adicional pode ser investida em serviços públicos, como educação, reduzindo as desigualdades e ajudando a equipar as gerações futuras com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios sociais e ambientais.

Outro aspecto importante que exploramos neste relatório é como o fim do abuso fiscal corporativo e a implementação de impostos sobre a riqueza podem contribuir para aumentar as taxas de imposto sobre o PIB e, portanto, expandir a base de receita dos países.

Atualmente, a maioria dos países precisa expandir suas taxas de impostos em relação ao PIB em pelo menos cinco pontos percentuais para atingir os ODSs.¹⁹ Esse aumento é essencial para garantir que os governos tenham receita suficiente para lidar com questões urgentes, como o aumento da dívida externa, a necessidade de expansão dos serviços sociais e de investimento em áreas críticas como educação, saúde e infraestrutura.²⁰ Um índice mais alto de impostos em relação ao PIB proporciona uma base de receita mais sustentável e confiável, reduzindo a dependência de empréstimos externos.

Considerando os aspectos apresentados acima, e se nossos governos...

*→ coletassem a receita perdida anualmente devido ao abuso fiscal e usasse 20% dela para o direito à educação?*²¹²²

→ implementassem um imposto sobre a riqueza, garantindo que aqueles que possuem mais condições financeiras paguem uma parcela de impostos proporcionalmente justa para nossas comunidades?

→ e aumentassem as taxas nacionais de impostos sobre o PIB em cinco pontos percentuais para aumentar a quantidade de fundos necessários para financiar os serviços públicos?

Como seriam nossos sistemas de educação pública?

¹⁸ Schultz e Palanský, "Taxing extreme wealth: What countries around the world could gain from progressive wealth taxes".

¹⁹ International Monetary Fund, 'Fiscal Policy and Development'.

²⁰ Tax and Education Alliance et al., 'Breaking Out of the Bubble to Transform Education Financing: How the Strategic Finance Agenda from the Transforming Education Summit Could Deliver Breakthroughs in 89 Countries'.

²¹ O compromisso internacional de alocar 20% dos orçamentos nacionais para a educação está descrito na Declaração de Incheon para a Educação 2030, adotada no Fórum Mundial de Educação em Incheon, Coreia do Sul, em maio de 2015. Essa declaração fornece uma estrutura para alcançar o ODS 4. Mais especificamente, a declaração insta os países a investirem pelo menos 4-6% de seu PIB ou 15-20% do total de gastos públicos em educação para atingir essa meta.

²² UNESCO, 'Incheon Declaration and Framework for Action for the Implementation of Sustainable Development Goal 4: Ensure Inclusive and Equitable Quality Education and Promote Lifelong Learning Opportunities for All'.

Essas são nossas perguntas norteadoras para este relatório. Exploramos o quanto os alunos, professores e as nossas sociedades como um todo perdem devido ao abuso fiscal corporativo, às baixas alíquotas de impostos para os super-ricos e às baixas taxas de impostos em relação ao PIB.

Descrevemos as medidas práticas que podem ser tomadas em nível global e nacional para promover a justiça fiscal a fim de contribuir para melhoria de acesso e qualidade da educação pública.

Também destacamos os recentes desenvolvimentos internacionais que oferecem uma janela de oportunidades para uma governança tributária mais equitativa. Destacamos, em especial, as discussões transformadoras que estão ocorrendo nas Nações Unidas acerca de uma convenção tributária da ONU, que oferecem uma importante oportunidade de mudar para uma tomada de decisão mais inclusiva e transparente em questões tributárias em todo o mundo.

O que é justiça fiscal?

A justiça fiscal é um conceito multifacetado, moldado por interpretações em evolução e perspectivas diferentes ao longo do último século. A justiça fiscal busca resoluções equitativas na forma como os impostos são determinados e cobrados pelos governos. Ela aborda as disparidades que surgem das políticas fiscais nacionais e internacionais.²³

Alguns dos primeiros entendimentos sobre justiça fiscal dizem respeito principalmente a contextos nacionais, com foco nas variações das alíquotas de impostos aplicadas a diferentes tipos de renda e dados demográficos em um país. Essa perspectiva visa a garantir a equidade na cobrança de impostos, promovendo uma distribuição mais justa das responsabilidades fiscais, em que aqueles que possuem mais pagam mais.²⁴

Uma segunda dimensão da justiça fiscal surgiu com o reconhecimento do papel desempenhado pelos paraísos fiscais na viabilização da evasão e da elisão fiscal transnacional. Essa perspectiva enfatiza os desafios apresentados pelas jurisdições que facilitam a minimização das obrigações fiscais, muitas vezes às custas da saúde fiscal de outros países. Ela destaca uma diminuição sistêmica nas taxas de impostos globais devido à competição dos países em atrair investimentos externos, impulsionada pelos paraísos fiscais.²⁵

²³ Cobham, Mohiuddin, and Nelson, 'Global Tax Justice and Human Rights'.

²⁴ Tax Justice Network, 'Tax Us If You Can (Second Edition)'.

²⁵ Cobham, *What Do We Know and What Should We Do about ... Tax Justice?*

Neste relatório, também nos concentramos na terceira dimensão de justiça fiscal, que incorpora o entendimento mais abrangente e contemporâneo do conceito, ampliando seu escopo para um nível global. Ela ressalta as desigualdades profundamente enraizadas nos sistemas de tributação intergovernamentais e como essa dinâmica de poder historicamente desigual continua a perpetuar essas disparidades.²⁶ Essa dimensão aponta para um padrão de extração de riqueza de países de baixa renda, incluindo antigas potências coloniais, e a continuação dessa estrutura extrativista por meio das atuais regras e práticas tributárias internacionais. Essas práticas perpetuam e aprofundam as desigualdades globais.

No centro dessa perspectiva está um apelo do movimento de justiça fiscal para que o processo de elaboração de normas tributárias internacionais seja transferido de organizações como a OCDE, que é dominada pelos interesses de países ricos, muitas vezes antigas potências coloniais, para a plataforma global inclusiva oferecida pelas Nações Unidas. Essa transição tem como objetivo garantir que a governança tributária global se torne mais justa e mais representativa dos interesses de todos os países, colaborando, assim, para diminuir as desigualdades relacionadas a impostos a níveis nacionais e internacionais.²⁷

Em última análise, essa visão ampliada da justiça fiscal defende uma reavaliação das estruturas globais que apoiam o abuso fiscal, sugerindo que a reforma dessas estruturas poderia beneficiar a grande maioria da população global ao dismantelar os mecanismos que permitem e sustentam as injustiças fiscais. Essa abordagem prevê um mundo mais equitativo em que as políticas fiscais apoiam o desenvolvimento justo e reduzem as desigualdades, alinhando-se com objetivos mais amplos de justiça global e estabilidade econômica.²⁸

Justiça fiscal e direitos humanos

"A capacidade dos Estados de cumprir suas obrigações de direitos humanos - de fato, de funcionar - depende, de forma simples e direta, da disponibilidade de recursos. Por esse motivo, os impostos são fundamentais para a realização dos direitos humanos."

- Cobham, Mohiuddin & Nelson, 2019 -

Nosso mundo enfrenta desafios como o endividamento, a pobreza, conflitos armados, o colapso climático e ecológico e a insegurança na

²⁶ Cobham.

²⁷ Nelson, "Tax Justice & Human Rights" (Justiça tributária e direitos humanos).

²⁸ Cobham, *What Do We Know and What Should We Do about ... Justiça tributária?*

saúde. Essas causas e sintomas de falhas nos direitos humanos são sustentados por sistemas financeiros claramente inadequados para o seu propósito.²⁹ As crises são ainda mais exacerbadas pela exploração dessas vulnerabilidades por elites ricas e organizações multinacionais em termos de abuso fiscal.³⁰ Simultaneamente, os interesses políticos dessas entidades manipulam as narrativas populistas, criando condições para a implementação de reformas regressivas na política tributária.³¹

Esse cenário que se desenrola não é uma manifestação de uma nova ordem mundial, mas um produto e uma continuação de legados coloniais históricos, extração fiscal, acumulação de riqueza e discriminação.³² A pandemia da COVID-19 causou uma devastação generalizada, destruindo vidas e deixando os governos lutando para lidar com as dificuldades resultantes. Os custos sociais e econômicos da pandemia ainda não foram totalmente quantificados. As bases dessas dificuldades foram estabelecidas por meio de decisões políticas tomadas nas últimas décadas, tendo como pano de fundo uma arquitetura financeira global que foi moldada na era colonial e que perpetua um modelo econômico extrativista.³³

Neste contexto de policrise, precisamos prestar muita atenção aos direitos humanos, às obrigações legais correspondentes à sua aplicação e a uma avaliação de como os governos podem efetivá-los da melhor forma para seu povo.³⁴ Essa urgência exige a reformulação de políticas e leis nacionais e internacionais de transparência fiscal e financeira que facilitem o cumprimento das obrigações de direitos humanos, combatam a desigualdade e promovam uma filosofia do cuidado e justiça nas sociedades.

Tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, enfatizam a responsabilidade dos Estados de maximizar os recursos disponíveis para a realização dos direitos dos cidadãos.³⁵ Órgãos de tratados, como o Comitê sobre os Direitos da Criança e o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, responsabilizam os Estados pelo uso do máximo de recursos disponíveis para o cumprimento dos direitos econômicos e sociais, exigindo transparência, participação e responsabilidade nas políticas fiscais.³⁶

²⁹ Nelson, 'Tax Justice & Human Rights'.

³⁰ Nelson.

³¹ Nelson.

³² Nelson.

³³ Amnesty International, 'What's Tax Got to Do with It: A Resource Guide on Tax and Human Rights'.

³⁴ Nelson, 'Tax Justice & Human Rights'.

³⁵ United Nations, 'International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights'.

³⁶ United Nations.

Regimes tributários eficazes e progressivos são essenciais para a realização dos direitos humanos.³⁷ Entretanto, nas últimas quatro décadas de neoliberalismo e, principalmente, desde a crise financeira de 2008, medidas de austeridade dominaram o cenário das políticas sociais e econômicas de muitos países com base em ajustes fiscais e cortes de gastos impostos por instituições financeiras internacionais, como por exemplo, o Banco Monetário Internacional (FMI, ou IMF, sua sigla em Inglês).³⁸

Em países de alta renda, as escolhas deliberadas de políticas que geram uma baixa proporção de receita tributária em relação ao PIB são responsáveis, por sua vez, por gastos insuficientes em proteções sociais e serviços públicos.³⁹

Enquanto isso, nos países de baixa renda, os gastos insuficientes com serviços sociais são profundamente afetados pela orientação política coercitiva e pelas condições impostas pelo FMI, que insiste que os países continuem a pagar altas taxas de serviço da dívida, cortando assim, os recursos disponíveis para investimentos públicos.⁴⁰ Essa agenda de política econômica e social injusta resultou em desigualdade generalizada e falhas no respeito, proteção e cumprimento dos direitos humanos e exacerbou as divisões e a concorrência, dentro dos países e entre eles.⁴¹ A urgência de abordar essas questões é vital para promover um mundo em que os direitos humanos sejam respeitados e as desigualdades sejam eliminadas.

Sistemas tributários progressivos podem ajudar a reduzir as desigualdades socioeconômicas, promovendo a equidade e a justiça social. A justiça fiscal é uma ferramenta essencial para os governos redistribuírem a renda e a riqueza, abordando as disparidades econômicas que podem impedir a realização dos direitos sociais e econômicos.⁴² Ao coletar e alocar a receita tributária de forma eficiente, os Estados podem garantir o financiamento adequado para serviços públicos como educação, saúde e seguridade social, que são fundamentais para alcançar uma sociedade justa em que os direitos de todos sejam respeitados e protegidos.⁴³

A tributação também desempenha um papel fundamental no tratamento de "males" públicos, como a poluição ambiental, e na proteção do direito dos indivíduos a um ambiente limpo e saudável. Ela promove a responsabilidade e a representação, fortalecendo o vínculo entre os cidadãos e o Estado, o que é fundamental para defender os princípios

³⁷ Sepúlveda Carmona, 'Report of the Special Rapporteur on Extreme Poverty and Human Rights, Magdalena Sepúlveda Carmona'.

³⁸ United Nations, 'International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights'.

³⁹ Nelson, 'Tax Justice & Human Rights'.

⁴⁰ ActionAid, 'Fifty Years of Failure: The IMF, Debt and Austerity in Africa'.

⁴¹ Kentikelenis and Stubbs, 'IMF Social Spending Floors'.

⁴² Nelson, 'Tax Justice & Human Rights'.

⁴³ Nelson.

democráticos e a proteção dos direitos humanos. O imposto pode ser uma ferramenta poderosa para reparar legados históricos de opressão e promover uma sociedade mais equitativa.⁴⁴

A justiça fiscal também oferece aos governos uma abordagem sustentável e soberana para financiar esses serviços essenciais.⁴⁵ Ao contrário de outras formas de receita que podem levar a problemas como corrupção, inflação, esgotamento de recursos naturais ou danos ambientais, um sistema tributário bem projetado pode aumentar a capacidade do governo de operar de forma independente e responsável no longo prazo. O foco nos impostos pode ajudar a garantir que a formulação de políticas permaneça robusta e representativa das necessidades das pessoas. O imposto é nosso super-poder social.⁴⁶

O 5 Rs da justiça fiscal

Reconhecendo a importância dessa conexão, os 5 Rs da justiça fiscal fornecem uma estrutura abrangente para entender como a tributação pode promover a justiça social e apoiar a realização dos direitos humanos:

⁴⁴ Nelson.

⁴⁵ Cobham, Mohiuddin, and Nelson, 'Global Tax Justice and Human Rights'.

⁴⁶ Cobham, *What Do We Know and What Should We Do about ... Tax Justice?*

Os 5Rs dos impostos e o futuro dos serviços públicos

Nossos sistemas tributários são nossas ferramentas mais poderosas para a criação de sociedades justas que dão igual peso às necessidades de todos. Veja a seguir o que nossos sistemas tributários podem oferecer se os reprogramarmos para trabalhar para todos, em vez de apenas para os super-ricos:

Receita

para financiar serviços públicos universais e infraestrutura sustentável



A cada segundo, o salário anual de uma enfermeira é perdido em um paraíso fiscal. Mais de US\$ 483 bilhões em impostos não são pagos todos os anos por gigantes corporativos e pelos super-ricos, que poderiam estar sendo destinados aos nossos serviços públicos.

As mulheres fornecem 71% das horas não remuneradas de cuidados com a demência em todo o mundo. Os impostos podem financiar sistemas públicos de cuidados, redistribuindo e reduzindo os ônus dos cuidados.



Redistribuição

para reduzir a desigualdade entre indivíduos e entre grupos

Reprecificação

para limitar os “males” públicos, como produtos com uso intensivo de carbono, e promover “bens”, como a produção local sustentável



Uma taxa de IVA mais baixa sobre as tarifas de transporte público e uma taxa de imposto mais alta sobre a propriedade de veículos podem aumentar o uso do transporte público. Impostos mais altos sobre a propriedade de jatos particulares e outros meios de transporte altamente poluentes podem desestimular seu uso pelos super-ricos.

A dependência dos gastos do governo em relação às receitas fiscais está fortemente ligada a uma maior qualidade de governança e representação política.



Representação

para fortalecer os processos democráticos e melhorar a governança democrática

Reparação

para corrigir os legados históricos da colonização e dos danos ecológicos



Reprogramar o sistema tributário global para proteger as necessidades e os direitos das pessoas pode ajudar os países a financiar uma transição para sistemas alimentares que atendam às pessoas e ao planeta.

Figura 1: Os 5 Rs da tributação

Financiamento educativo e justiça fiscal

"Os governos devem se comprometer a atingir uma proporção adequada de impostos em relação ao PIB por meio de reformas tributárias ambiciosas e progressivas... Garantir o direito à educação usando o máximo de recursos disponíveis significa ir além dos recursos atualmente à disposição do governo; isso inclui recursos que poderiam ser potencialmente mobilizados, em especial por meio de tributação progressiva."

- Farida Shaheed, 2023 -

O financiamento da educação enfrenta um déficit significativo, apesar de até 97% do financiamento ser advindo de fontes domésticas.⁴⁷ Apesar da importância do financiamento interno, os formuladores de políticas continuam a se concentrar na "necessidade de aumentar o financiamento externo".⁴⁸ Essa atenção desproporcional aos doadores em relação à captação de recursos internos foi questionada na Cúpula de Educação Transformadora (TES)⁴⁹ convocada pelas Nações Unidas em 2022. Em particular, o Documento de Discussão sobre Financiamento Educativo da TES ressaltou a necessidade urgente de uma "ação internacional sobre impostos, dívida externa e austeridade para destravar o financiamento educativo".⁵⁰ Essa recomendação foi ainda mais solidificada na Chamada para Ação sobre Financiamento da Educação.⁵¹

A TES foi a reunião de educação de mais alto nível já convocada como uma cúpula envolvendo chefes de estado. A agenda enfatizou a necessidade de a comunidade educacional, tanto em nível nacional quanto internacional, se envolver em um diálogo estratégico e em promover ações que viabilizem a expansão do financiamento educativo. Isso inclui a defesa do aumento do financiamento e a implementação de medidas de justiça fiscal. Essas medidas incluem o acordo sobre um registro global de ativos, a redução de fluxos financeiros ilícitos, o fechamento de paraísos fiscais e o apoio a um processo representativo e inclusivo para a definição de regras fiscais globais sob os auspícios das Nações Unidas.

Três meses após o TES, houve um avanço significativo na Assembleia Geral da ONU com uma votação unânime para mudar a forma como as regras tributárias globais são estabelecidas e aplicadas. Essa decisão

⁴⁷ International Commission on Financing Global Education Opportunity, 'The Learning Generation: Investing in Education for a Changing World'.

⁴⁸ NORRAG, 'Domestic Financing: Tax and Education'.

⁴⁹ UNESCO, 'Thematic Action Track 5: Financing of Education Discussion Paper (Transforming Education Summit 2022)'.

⁵⁰ UNESCO.

⁵¹ United Nations, 'Financing Education: Investing More, More Equitably and More Efficiently in Education'.

histórica marcou o início de uma mudança no poder de decisão acerca de matérias fiscais a nível global, atualmente dominado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em direção à um processo mais inclusivo no âmbito da ONU. As propostas progressivas para uma convenção das Nações Unidas sobre tributação internacional, conforme delineadas no relatório do Secretário-Geral da ONU em agosto de 2023,⁵² podem transformar o cenário tributário global.

Isso abriu uma janela de oportunidade para ações sobre impostos que poderiam beneficiar vários direitos humanos, inclusive o direito à educação. Para transformar o financiamento da educação de forma eficaz, a ação sobre os impostos é, sem dúvida, a área mais crítica. Por exemplo, apesar de alocarem uma parcela significativa de seus orçamentos para a educação (20% ou mais), muitos países de baixa renda estão com dificuldades para conseguir cumprir seus compromissos com o ODS 4 devido à receita insuficiente.⁵³ Isso ocorre porque eles estão gastando 20% de um orçamento geral pequeno - e são necessárias medidas para expandir o tamanho geral deste orçamento. A chave para isso é a necessidade urgente de esses países ampliarem sua base tributária de forma progressiva e sustentável. Ao aumentar a geração de receita por meio de uma tributação justa e equitativa, os países podem garantir o financiamento adequado para uma educação pública de qualidade, promovendo assim o direito à educação e contribuindo para o desenvolvimento sustentável em nível global.

Embora a geração de receita ampliada seja muito importante, abordar a justiça fiscal também é promover a equidade e a justiça social.⁵⁴ Ao garantir que as pessoas ricas e as multinacionais paguem sua parcela justa de impostos, os governos podem mobilizar os recursos necessários para oferecer educação de qualidade a todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica. Além disso, investir em educação contribui para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a redução da pobreza, criando assim uma sociedade mais inclusiva e próspera.⁵⁵

Os formuladores de políticas normalmente tendem a focar principalmente no aumento da parcela do orçamento alocado à educação para atender às necessidades e aos desafios específicos que o setor enfrenta.⁵⁶ No entanto, o foco exclusivo no aumento da parcela do orçamento alocada para a educação geralmente leva a tensões com outros setores públicos, pois estes podem crer que o setor educacional

⁵² UN Secretary General, 'Promotion of Inclusive and Effective International Tax Cooperation at the United Nations'.

⁵³ Ron Balsera, Klees, and Archer, 'Financing Education'.

⁵⁴ Cobham, Mohiuddin, and Nelson, 'Global Tax Justice and Human Rights'.

⁵⁵ UNESCO, 'Right to Education Handbook'.

⁵⁶ Archer, 'Transforming the Financing of Education at the Mid-Point of the Sustainable Development Goals'.

está recebendo tratamento preferencial em detrimento de suas próprias prioridades de financiamento.⁵⁷ Esse é particularmente o caso em cenários de políticas de austeridade, em que os governos, seguindo a orientação coercitiva de organizações externas, como o FMI, reduzem drasticamente os gastos públicos, o que significa que diferentes serviços (saúde, saneamento básico, energia, transporte, segurança pública e educação) acabam competindo por uma parte de um orçamento cada vez menor.⁵⁸ Essas tensões podem dificultar a colaboração e a coordenação entre as agências governamentais e os ministérios, impedindo a alocação eficiente de recursos e a implementação de políticas eficazes em todos os setores.

Mudar o foco para o tamanho do *orçamento geral*, em vez de se concentrar apenas na *parcela* alocada para a educação, leva a uma abordagem mais inclusiva da tomada de decisões orçamentárias.⁵⁹ Ao considerar o contexto fiscal mais amplo e as necessidades de todos os setores, os governos podem promover um diálogo e uma cooperação mais positivos entre as partes interessadas. Essa abordagem reconhece que os aumentos na receita geral do governo beneficiam a educação e outros setores essenciais, promovendo assim um senso de responsabilidade compartilhada e investimento coletivo no desenvolvimento nacional. Os investimentos em educação também são mais eficazes quando há investimentos paralelos em saúde e saneamento básico – pois assim é mais provável que as crianças cheguem à escola com mais condições para aprender.⁶⁰

A estrutura 4S

A estrutura 4S foi desenvolvida por especialistas em políticas educacionais para delinear quatro componentes principais para o orçamento e o financiamento eficazes da educação:

⁵⁷ Archer.

⁵⁸ Education International e ActionAid, 'Education versus Austerity: Why Public Sector Wage Bill Constraints Undermine Teachers and Public Education Systems - and Must End'.

⁵⁹ Tax and Education Alliance et al., 'Breaking Out of the Bubble to Transform Education Financing: How the Strategic Finance Agenda from the Transforming Education Summit Could Deliver Breakthroughs in 89 Countries'.

⁶⁰ The Education Commission, 'The Learning Generation: Domestic Tax and Education'.

Financiamento doméstico para a educação: Os 4 Ss



PARCELA:

A parcela do orçamento é a porcentagem do orçamento total do país que é gasta em educação.

INSPEÇÃO:

A inspeção do orçamento ajuda a garantir que o dinheiro alocado para um serviço chegue onde é necessário.



TAMANHO:

O tamanho do orçamento é o valor total que o governo tem para gastar. Isso depende da quantidade de impostos arrecadados e das políticas econômicas adotadas.

SENSIBILIDADE:

A sensibilidade do orçamento está relacionada ao grau em que os orçamentos e os gastos abordam as desigualdades educacionais.



Definições dos "4 Ss" fornecidas pela TaxEd Alliance

Figura 2: A estrutura dos 4Ss para o financiamento da educação.⁶¹

⁶¹ Extraído de: Tax and Education Alliance, 'Transforming Education Financing: A Toolkit for Activists'.

Conclusões do relatório

A educação é inerentemente complexa, e a falta de financiamento é apenas uma das barreiras significativas para alcançar o ODS 4. Outros desafios, como desigualdades sistêmicas, obstáculos administrativos, vontade política e condições locais, também desempenham papéis fundamentais em nossos sistemas educacionais. No entanto, sem o financiamento adequado em primeiro lugar, nenhuma medida política pode ser tomada para melhorar o acesso e a qualidade da educação em todo o mundo. É por isso que concentramos nossa análise em como as medidas de justiça fiscal podem atuar como opções de financiamento sustentáveis e confiáveis para o setor.

Impactos do abuso fiscal

No relatório O Estado da Justiça Fiscal 2023, revelamos as impressionantes perdas de receita global no valor de US\$480 bilhões por ano devido ao abuso fiscal internacional por parte de empresas multinacionais e pessoas físicas que ocultam ativos no exterior.⁶² Esse número revelador coloca uma questão crítica:

→ E se nossos governos coletassem a receita perdida anualmente com o abuso fiscal e usassem 20% dela para o direito à educação?

Nesta seção, examinamos essa ideia, estimando o impacto transformador que medidas progressivas de justiça fiscal poderiam ter em nossos sistemas de educação pública em todo o mundo. Para isso, analisamos aspectos relativos ao acesso à educação e à contratação de professores em todos os países em que existem dados disponíveis.

Impactos no acesso à educação

Nossa análise ilustra o impacto positivo que a realocação de recursos perdidos por abuso de impostos para a educação poderia ter globalmente. Especificamente, **se 20% dos fundos perdidos por abuso fiscal fossem direcionados para a educação, mais de 21 milhões de crianças teriam a oportunidade de frequentar a escola a nível de primária.**⁶³ Considerando que quase 72 milhões de crianças em idade escolar primária estão fora da escola,⁶⁴ **acabar com o abuso fiscal poderia reduzir a taxa de evasão escolar em 30%**

⁶² Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

⁶³ Para essa análise, comparamos 20% do total de perdas de receita com o abuso de impostos (State of Tax Justice 2023) com o gasto total por aluno por país em todos os países em que há dados disponíveis (UIS Database), supondo que todos os fundos extras em educação sejam alocados para gastos com alunos. Os dados por país estão disponíveis na Tabela 6.

⁶⁴ UNESCO Institute of Statistics, 'UIS Data Browser'.

nesse nível escolar. Essa porcentagem mostra o potencial significativo do combate ao abuso fiscal para lidar com as desigualdades educacionais e aumentar o acesso à escola para crianças em todo o mundo.

IMPOSTOS E EDUCAÇÃO

Quando as empresas e os super-ricos cometem abuso fiscal, eles negam às crianças o direito à educação.

Mas e se, em vez disso, cobrássemos esses impostos?



Todos os anos, países do mundo inteiro perdem um total de

US\$ 480 bilhões

em impostos para empresas e super-ricos que fazem uso de paraísos fiscais



Há **72 milhões**

de crianças fora da escola primária em todo o mundo



Em 2015, 160 países, o Banco Mundial e as instituições das Nações Unidas se comprometeram a alocar de **15% a 20%** de seu orçamento de gastos para a educação

E se os países investissem esse valor extra na educação pública?



US\$ 96 bilhões

poderiam ser disponibilizados para a educação se houvesse abuso de impostos e 20% da receita adicional fosse alocada para o setor

21,054,587 crianças

que não têm acesso à educação poderiam frequentar a escola primária

Isso representa uma redução de 30% no número total de crianças fora da escola em nível global

OS GOVERNOS DEVEM:

- Estabelecer reformas tributárias ambiciosas e progressivas e, ao mesmo tempo, apoiar ativamente as negociações da convenção tributária da ONU, garantindo um processo democrático, transparente e inclusivo baseado na cooperação intergovernamental, nos direitos humanos e na equidade.
- Alcançar o gasto acordado de 20% em educação, ou 6% do PIB, garantindo financiamento sustentável e de longo prazo por meio de medidas tributárias progressivas que expandam a base geral de receita.

EDUCATION OUTLOUD
advocacy & social accountability

GPE
Transforming Education

TAX JUSTICE
NETWORK

Figura 3: Quantas crianças poderiam frequentar a escola primária se o dinheiro perdido devido ao abuso fiscal fosse recolhido

Impactos sobre os professores

O Relatório Global sobre Professores 2024 da UNESCO revela uma necessidade urgente de quase 13 milhões de professores do ensino fundamental em todo o mundo até 2030.⁶⁵ Considerando a escassez global de professores e as altas taxas de alunos por professor, especialmente evidente em muitos países de baixa renda, a necessidade de investimentos substanciais em educação torna-se cada vez mais evidente. No entanto, o abuso fiscal representa um obstáculo significativo para enfrentar esses desafios de forma eficaz.

O abuso fiscal, incluindo a evasão fiscal e a elisão fiscal corporativa, priva os governos de receitas sustentáveis que poderiam ser alocadas para os orçamentos da educação.⁶⁶ Como os governos geralmente gastam 75% dos orçamentos da educação com os salários dos professores,⁶⁷ é fundamental arrecadar mais receita para contratar mais professores e garantir que todos eles sejam remunerados de forma justa.

De acordo com nossas estimativas, **o valor perdido anualmente devido ao abuso fiscal por parte das multinacionais e dos super-ricos seria suficiente para contratar quase 20 milhões de novos professores primários em todo o mundo.**⁶⁸ Esse valor representa um **aumento de quase 60 por cento no número atual de professores atuando neste nível escolar,**⁶⁹ o que **permitiria aos governos recrutar todos os professores necessários para combater a escassez global de professores a nível de escola primária.**⁷⁰

⁶⁵ UNESCO, 'Global Report on Teachers: Addressing Teacher Shortages and Transforming the Profession'.

⁶⁶ Cobham, Mohiuddin, and Nelson, 'Global Tax Justice and Human Rights'.

⁶⁷ UNESCO, 'Global Report on Teachers: Addressing Teacher Shortages and Transforming the Profession'.

⁶⁸ Comparamos o salário médio de um professor de ensino fundamental por país (Banco de Dados da Organização Internacional do Trabalho) com 20% das perdas anuais de receita devido ao abuso de impostos (State of Tax Justice 2023). Esse número considera que todo o orçamento extra alocado para a educação é usado nos salários dos professores. Os dados por país estão disponíveis na Tabela 7.

⁶⁹ O "Relatório Global sobre Professores" da UNESCO: Addressing Teacher Shortages and Transforming the Profession" da UNESCO estima que existam 33,7 milhões de professores de ensino fundamental em todo o mundo.

⁷⁰ Considerando que toda a receita extra coletada é alocada para a contratação de novos professores no nível primário em todo o mundo.

Tabela 1: Perdas fiscais e aumento potencial da força de trabalho e dos salários dos professores do ensino fundamental (Global)

	<i>Perdas globais de receita devido a abuso fiscal (SOTJ 2023 - milhões de dólares)</i>	<i>Participação no orçamento da educação (20% da perda de receita global devido ao abuso fiscal - milhões de dólares)</i>	<i>Equivalente a X salários de professores (primária - USD)</i>	<i>Os países poderiam aumentar os salários dos professores em X%</i>
<i>Total</i>	480,423.3	96,084	19,734,673	108,5%

Infelizmente, o FMI frequentemente pressiona os governos a cortar ou congelar a folha de salários do setor público, o que afeta profundamente a capacidade dos governos de contratar mais professores, mesmo quando há uma grande escassez de mão de obra neste setor. Quando os governos não conseguem contratar a quantidade de professores necessários, a qualidade da educação fica comprometida e as desigualdades são perpetuadas, deixando nossas crianças em salas de aula superlotadas e com poucos recursos, especialmente nas comunidades mais marginalizadas.⁷¹

O aumento dos salários dos professores também é urgente, pois a profissão está sendo continuamente precarizada devido a salários inadequados.⁷² Com o financiamento adequado garantido por políticas tributárias justas e eficazes, os governos podem alocar recursos para melhorar a remuneração dos professores, atraindo e retendo educadores qualificados. Com base em nossa análise, **os salários dos professores em todo o mundo poderiam mais do que dobrar se 20% das perdas decorrentes de abuso fiscal fossem direcionadas ao aumento salarial.**⁷³

⁷¹ UNESCO, 'Global Report on Teachers: Addressing Teacher Shortages and Transforming the Profession'.

⁷² International Labour Organization, United Nations, and UNESCO, 'United Nations Secretary-General's High-Level Panel on the Teaching Profession: Recommendations and Summary of Deliberations'.

⁷³ Essa estimativa baseia-se na comparação entre o salário médio dos professores do ensino primário (obtido no banco de dados da Organização Internacional do Trabalho) e 20% da receita extra que poderia ser gerada pelo fim do abuso fiscal (State of Tax Justice 2023), considerando o número atual de professores em todo o mundo. Esse número considera que todo o orçamento extra alocado para a educação é usado para aumentar os salários dos professores. Os dados por país estão disponíveis na Tabela 6.

Salários mais altos podem incentivar as pessoas a seguirem carreiras no magistério e aumentar a satisfação no trabalho e o moral dos educadores existentes.⁷⁴ Ao valorizar as contribuições dos professores por meio de salários competitivos e desenvolvimento profissional contínuo, os governos podem promover um ambiente propício para o desenvolvimento profissional e a melhoria contínua no setor educacional. As medidas de justiça fiscal são aliadas valiosas na luta por salários justos para os professores em todo o mundo.⁷⁵

Imposto sobre a riqueza

A imposição de impostos sobre os super-ricos pode ser uma estratégia essencial para reforçar os orçamentos da educação, principalmente diante de problemas globais como a crise climática, o aumento do custo de vida e a incerteza econômica. Um imposto progressivo sobre a riqueza extrema garante que aqueles com mais recursos contribuam de forma mais equitativa, abordando as desigualdades dos sistemas de imposto de renda que, muitas vezes, beneficiam desproporcionalmente os ricos.⁷⁶ Esse método de tributação proporciona um fluxo de receita estável e substancial que pode ser investido em áreas cruciais como a educação, permitindo que os governos aprimorem as escolas, melhorem os recursos e garantam o acesso universal à educação de qualidade.

→ E se nossos governos implementassem um imposto sobre a riqueza, garantindo que aqueles que têm mais dinheiro paguem uma parcela justa de impostos para nossas comunidades?

Estimamos que a implementação de um imposto sobre a riqueza seguindo o modelo espanhol⁷⁷ poderia arrecadar quase US\$ 2 trilhões por ano.⁷⁸ **Se 20% dessa receita extra fosse destinada à educação, os governos poderiam arrecadar quase US\$ 440 bilhões por ano para os orçamentos educacionais. Esse valor poderia permitir que mais de 108 milhões de crianças**

⁷⁴ International Labour Organization, United Nations, and UNESCO, 'United Nations Secretary-General's High-Level Panel on the Teaching Profession: Recommendations and Summary of Deliberations'.

⁷⁵ Education International, 'Tax Justice: A Resource Guide for Education Unions'.

⁷⁶ Schultz and Palanský, 'TJN WP 2024-02', 2024.

⁷⁷ O imposto sobre a fortuna na Espanha é um imposto progressivo sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas, voltado para pessoas de alto patrimônio líquido. Ele se aplica ao total de ativos acima de um determinado limite, com taxas marginais que aumentam com base nos níveis de riqueza. Referimo-nos ao imposto sobre a fortuna na Espanha neste contexto como um exemplo de implementação recente de um imposto progressivo sobre a fortuna, mas enfatizamos que o projeto real de tal imposto deve ser adaptado democraticamente às circunstâncias exclusivas de cada país.

⁷⁸ Schultz and Palanský, 'TJN WP 2024-02', 2024.

frequentassem em todo o mundo.⁷⁹ Isso significa que todas as crianças atualmente fora da escola nessa faixa etária poderiam frequentar escolas em todo o mundo.⁸⁰

Tabela 2: Imposto sobre a fortuna, receita tributária e orçamentos educacionais (Global)

	<i>Receitas potenciais do imposto sobre a riqueza (sem migração) - Tax Justice Network (em dólares americanos)</i>	<i>Da receita adicional gerada por um imposto sobre a fortuna, se 20% forem alocados para o orçamento da educação (em dólares americanos)</i>	<i>Quantos alunos a mais seriam poderiam frequentar a escola se os 20% a mais em receita fossem investidos na educação?</i>
Total	2,196,834,157,038	439,366,831,408	108,942,372

Índices de impostos em relação ao PIB

Muitos países enfrentam baixos índices de impostos em relação ao PIB e poderiam se beneficiar profundamente com o aumento de pelo menos cinco pontos percentuais.⁸¹ Esse ajuste é fundamental para garantir que os governos tenham receita adequada para lidar com questões urgentes, como o aumento contínuo da dívida pública, a necessidade de expansão dos serviços sociais e o investimento em áreas vitais como educação, saúde e infraestrutura. O aumento do índice de impostos em relação ao PIB ajuda a estabelecer um fluxo de receita mais estável e confiável, reduzindo a dependência da ajuda externa e diminuindo os riscos fiscais.

⁷⁹ Para essa estimativa, comparamos a receita extra que poderia ser gerada pela implementação de um modelo de imposto sobre a fortuna semelhante ao caso espanhol (Schultz e Palanský, 2024) com o gasto médio por aluno a nível de primária por país (UIS Database, 2024). Os dados por país estão disponíveis na Tabela 9.

⁸⁰ Dados da UNESCO estimam que 69,9 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino fundamental estão fora da escola. Fonte: '250 Million Children Out-of-School'.

⁸¹ Tax and Education Alliance et al., 'Breaking Out of the Bubble to Transform Education Financing: How the Strategic Finance Agenda from the Transforming Education Summit Could Deliver Breakthroughs in 89 Countries'.

→ *E se nossos governos aumentassem as taxas nacionais de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais para levantar os fundos necessários para os serviços públicos?*

→ *Quanto o fim do abuso fiscal e a implementação de um imposto sobre a riqueza poderiam aumentar a proporção de impostos sobre o PIB dos países?*

Aumentar as taxas de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais poderia arrecadar mais de um trilhão de dólares americanos para os orçamentos da educação em todo o mundo.⁸² Considerando que são necessários US\$200 bilhões para fechar a lacuna de financiamento na educação em todo o mundo,⁸³ **aumentar as taxas de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais poderia arrecadar quase cinco vezes os fundos necessários para atingir o ODS4 até 2030. Isso também representaria um aumento de 20% no total de fundos atualmente investidos na educação em todo o mundo a cada ano.**⁸⁴

Esse valor permitiria que quase 236 milhões de crianças frequentassem a escola em nível de primária,⁸⁵ o que significa que **todas as crianças neste nível escolar, que atualmente estão fora da escola, poderiam frequentar a escola.**⁸⁶

⁸² Para essa análise, comparamos os índices totais de impostos em relação ao PIB por país (banco de dados UM Wider) com a receita adicional gerada pelo país ao aumentar os índices de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais (tabela 7). Em seguida, calculamos quanto 20% dessa receita adicional, com base na referência de 20% para a educação (tabela 7).

⁸³ UNESCO Institute of Statistics, 'UIS Data Browser'; 'Finance'.

⁸⁴ Dados da UNESCO estimam que cinco trilhões de dólares americanos são investidos anualmente em educação em todo o mundo. Fonte: UNESCO Institute of Statistics, 'UIS Data Browser'; 'Finance'.

⁸⁵ Para essa análise, comparamos 20% da receita adicional total gerada pelo país com o aumento das taxas de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais (Tabela 7) com o gasto total por aluno por país em todos os países em que há dados disponíveis (UIS Database, 2024), supondo que todos os fundos extras em educação sejam alocados para gastos com alunos. Os dados por país estão disponíveis na Tabela 8.

⁸⁶ Dados da UNESCO estimam que 69,9 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino fundamental estão fora da escola. Fonte: '250 Million Children Out-of-School'.

Tabela 3: Índices de impostos em relação ao PIB, receita tributária e impactos nos orçamentos da educação (Global)

	<i>Total da receita adicional que seria arrecadada globalmente (dólares atuais)</i>	<i>Da receita adicional gerada por um aumento na relação entre impostos e PIB, se 20% forem alocados para o orçamento da educação: (US\$ atual)</i>	<i>Quantos alunos a mais seriam cobertos se os 20% a mais fossem gastos em despesas com educação por aluno? (US\$ atual)</i>
<i>Total</i>	5,173,151,098,300	1,034,630,219,660	235,954,893

A implementação de um imposto sobre a fortuna e o fim do abuso fiscal poderiam contribuir para um aumento de 2,6 pontos percentuais no imposto sobre o PIB em nível global. Esse aumento, por si só, representa mais de 50% do aumento de cinco pontos percentuais considerado realista pelo FMI.⁸⁷

Tabela 4: Receita potencial da recuperação de abusos fiscais e do imposto global sobre a riqueza como porcentagem de um aumento de cinco pontos percentuais (pp) nas taxas de imposto sobre o PIB

<i>Medida</i>	<i>Valor da receita adicional (USD)</i>	<i>Porcentagem de aumento de 5pp</i>
<i>Aumento de 5pp do imposto global sobre o PIB</i>	5,173,151,098,299	100%
<i>Acabar com o abuso de impostos</i>	480,423,282,435	9.29%
<i>Imposto sobre a riqueza global</i>	2,196,834,157,038	42.46%
<i>Total (Fim do abuso fiscal + implementação do imposto sobre a riqueza)</i>	2,677,257,439,472	51.75%

⁸⁷ International Monetary Fund, 'Fiscal Policy and Development'.

Chamada para ação

A educação pública universal e as reformas tributárias progressivas são duas forças equalizadoras poderosas em qualquer sociedade, e nosso relatório se concentra em conectá-las. Ambas servem como pilares essenciais para reduzir a desigualdade e promover a mobilidade social. Os gastos com educação pública universal garantem que todos os indivíduos, independentemente de suas origens, tenham acesso a oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Reformas tributárias progressivas criam uma distribuição mais justa da riqueza, garantindo que as pessoas com renda mais alta contribuam de forma proporcional e justa para o financiamento dos serviços públicos.

Portanto, os defensores do direito à educação devem estar igualmente comprometidos com a tributação progressiva, pois esses impostos financiam os sistemas de educação pública, gratuita e de qualidade. Da mesma forma, aqueles que se concentram em reformas tributárias devem reconhecer a necessidade de que esses recursos apoiem gastos progressivos em educação, promovendo uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

A ação coordenada sobre impostos é essencial para alcançar um financiamento maior e sustentável da educação por meio da justiça fiscal. As organizações da sociedade civil focadas em política educacional, justiça fiscal e direitos humanos devem permanecer vigilantes na defesa de reformas tributárias progressivas e aproveitar a oportunidade apresentada pelas negociações em andamento para uma convenção tributária da ONU para impulsionar esses esforços.

Ação sobre impostos

→ Estabelecer reformas tributárias ambiciosas e progressivas

Todos os países que buscam melhorar a qualidade da educação pública devem estabelecer uma meta para aumentar suas taxas de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais até 2030, implementando reformas tributárias progressivas para atingir essa meta e, ao mesmo tempo, garantir que a receita adicional seja alocada especificamente para melhorar o acesso e a qualidade da educação:

- Troca automática de informações: Implementar sistemas para o compartilhamento contínuo de dados entre países para combater a evasão fiscal.
- Propriedade beneficiária: Garantir a transparência com relação aos verdadeiros proprietários das empresas, com acesso público para evitar fluxos financeiros ocultos.
- Relatórios por país: Obrigar as empresas multinacionais a divulgarem as atividades financeiras em cada país, promovendo a responsabilidade.

- Bons impostos: Defender políticas tributárias que sejam equitativas e promovam o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros:
 - A implementação de impostos sobre a riqueza
 - Aumento dos índices de impostos em relação ao PIB em pelo menos cinco pontos percentuais até 2030. Esse ajuste é vital para garantir financiamento suficiente para os serviços públicos essenciais, especialmente a educação.
- Exigir transparência e prestação de contas: Defenda a legitimidade das negociações, exigindo consistentemente transparência e responsabilidade em todas as discussões relacionadas a impostos.

→ **Apoiar ativamente o processo de negociação da convenção tributária da ONU e garantir que este processo seja moldado democraticamente, envolvendo cooperação intergovernamental e princípios de transparência e inclusão, com foco em direitos humanos e igualdade.**

→ **Priorizar políticas tributárias progressivas, sensíveis ao gênero e à crise climática.**

Tendo em vista os compromissos dos países com a igualdade de gênero, a inclusão e o enfrentamento da crise climática, os governos devem priorizar a expansão das receitas por meio de políticas tributárias progressivas, sensíveis ao gênero e ao clima. Isso implica garantir que os indivíduos e as empresas mais ricos contribuam proporcionalmente mais, abordando a natureza regressiva dos sistemas tributários. As políticas tributárias também devem ser elaboradas para acabar com a desvantagem de mulheres e meninas, que são afetadas de forma desproporcional por determinados impostos, como o Imposto sobre Valor Agregado.

O ABC a G₃ de justiça fiscal da Tax Justice Network fornece um resumo das principais prioridades para promover a justiça fiscal em âmbito nacional e global.⁸⁸

O ABC DEFG₃ de justiça fiscal

Após o estabelecimento formal da Tax Justice Network em 2003, definimos a plataforma central que hoje conhecemos como os ABCs da transparência tributária. A isso, acrescentamos um DE que reflete as principais questões domésticas e garante que a transparência dê origem a uma verdadeira prestação de contas, o FG₂ de elementos internacionais e o G₃ final que abrange uma série de tipos de impostos.

⁸⁸ Tax Justice Network, 'Beyond20: A New Strategic Framework for the Tax Justice Network'.

Originalmente considerados utópicos e irrealistas, foram necessários apenas dez anos para que os ABCs formassem a base da agenda política global, quando foi amplamente adotado em princípio pelos grupos de países do G8 e do G20. Mas ainda há muito a ser feito. É fundamental manter a pressão pública por mais transparência, principalmente no Norte. Reformas globais genuinamente inclusivas continuam sendo uma aspiração e, é claro, a agenda para a justiça fiscal é muito mais ampla do que apenas a transparência.⁸⁹

Algumas de nossas medidas sugeridas permitem que as pessoas responsabilizem as autoridades fiscais e os governos pela aplicação justa e eficaz dos impostos. Algumas medidas do site capacitam as autoridades fiscais com novas ferramentas e informações para combater o abuso de impostos por parte das maiores empresas e das famílias mais ricas, apesar dos recursos exercidos por seus facilitadores profissionais. E algumas alteram o equilíbrio de poder na tomada de decisões internacionais para que todos os governos possam ser ouvidos.⁹⁰

⁸⁹ Tax Justice Network.

⁹⁰ Tax Justice Network.

Os ABCs da justiça fiscal



Figura 4: O ABC DEFG3 da justiça fiscal

Uma convenção tributária da ONU

Durante a maior parte dos últimos 100 anos, as regras tributárias internacionais foram determinadas principalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um pequeno clube de países ricos, entre os quais estão alguns dos maiores paraísos fiscais do mundo. Isso gerou um sistema tributário global que, segundo nossas estimativas, faz com que os países do mundo todo percam pelo menos US\$ 480 bilhões em impostos todos os anos devido ao abuso e à evasão fiscal das multinacionais.⁹¹ Nossa análise mostra que os países da OCDE são responsáveis por possibilitar mais de três quartos dessas perdas fiscais.⁹²

Embora a OCDE tenha reconhecido que as regras tributárias internacionais atuais não estão funcionando,⁹³ seus esforços recentes para realizar uma reforma significativa fracassaram devido, em grande parte, à resistência dos poderosos países membros que continuam a apoiar políticas que favorecem seus próprios interesses em detrimento dos demais. O que torna uma convenção tributária da ONU tão revolucionária não são apenas as mudanças que ela faria nas regras tributárias globais existentes, mas a maneira como ela mudaria drasticamente a forma como as regras tributárias globais são decididas. Uma convenção tributária da ONU exigiria que as regras tributárias globais fossem decididas de forma democrática e transparente na ONU, onde todos os países têm voz ativa na tomada de decisão acerca das políticas tributárias globais que afetam a todos nós.

Em 2023, os países votaram por uma maioria esmagadora para iniciar negociações sobre o estabelecimento de uma convenção tributária da ONU, com o Grupo da África liderando o apelo. Atualmente, os países da ONU estão negociando os parâmetros de uma convenção-quadro da ONU sobre impostos, o que poderia causar a maior mudança da história no sistema tributário global. Os parâmetros finais - também conhecidos como "termos de referência" - foram publicados em forma de rascunho em agosto de 2024 e serão votados pela Assembleia Geral completa, provavelmente em novembro 2024.

Enquanto prestamos muita atenção ao processo de negociação nos próximos meses, é importante que nós, como defensores dos direitos humanos, pesquisadores, formuladores de políticas, professores e alunos, defendamos e pressionemos nossos governos para que apoiem ativamente o processo de negociação e garantam que a convenção seja moldada democraticamente, envolvendo cooperação

⁹¹ Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

⁹² Tax Justice Network.

⁹³ Tax Justice Network et al., 'Litany of Failure: The OECD's Stewardship of International Taxation'.

intergovernamental e princípios de transparência e inclusão, além de se concentrar em direitos humanos e igualdade.

Ação na educação

→ **Os governos devem atingir o limite acordado de 20% para a educação, ou 6% do PIB.**

O Marco de Ação Educação 2030 estabeleceu duas referências fundamentais como diretrizes importantes: alocar entre 4% e 6% do PIB para a educação e/ou destinar 15% a 20% do total de gastos públicos para o setor.⁹⁴ Atualmente, em nível global, os países destinam, em média, 4,7% do PIB e 14,2% dos gastos públicos para a educação.⁹⁵ Entretanto, 35 países investem menos de 4% de seu PIB e destinam menos de 15% dos fundos públicos para a educação.⁹⁶

→ **Garantir financiamento sustentável e de longo prazo por meio de medidas tributárias progressivas que ampliem o valor total da base de receita.**

Para garantir um financiamento sustentável e de longo prazo para a educação, é necessário implementar medidas tributárias progressivas que ampliem a base geral de receita. Ao adotar um sistema tributário mais justo, no qual as pessoas físicas e jurídicas de maior renda contribuam proporcionalmente mais, os governos podem gerar recursos adicionais para investir na educação. A expansão da base de receita por meio da tributação progressiva permite que os países atendam às demandas financeiras de uma educação de qualidade, garantindo um investimento consistente ao longo do tempo e reduzindo a dependência de fontes de financiamento externas ou de curto prazo.

Além disso, se estivermos genuinamente preocupados em garantir que todas as crianças, principalmente as meninas, tenham acesso a uma educação de qualidade, faz pouco sentido financiar a educação por meio de um sistema tributário que não seja progressivo e sensível ao gênero. Quando a carga tributária aumenta para as mulheres e para as famílias de baixa renda, isso geralmente leva os pais a retirarem as meninas da escola para ajudá-las em casa, comprometendo seu empoderamento econômico e sua independência. Isso não apenas prejudica as oportunidades educacionais das meninas, mas também perpetua os ciclos de desigualdade. Portanto, a implementação de um sistema tributário progressivo é essencial, pois pode ajudar a criar um ambiente

⁹⁴ UNESCO, 'Incheon Declaration and Framework for Action for the Implementation of Sustainable Development Goal 4: Ensure Inclusive and Equitable Quality Education and Promote Lifelong Learning Opportunities for All'.

⁹⁵ UNESCO GEM Report, 'Can Countries Afford Their National SDG 4 Benchmarks?'

⁹⁶ UNESCO GEM Report.

equitativo que apoie as aspirações educacionais de todas as crianças e, ao mesmo tempo, promova a independência econômica das mulheres.

→ **O FMI deve se engajar em um diálogo contínuo com a comunidade educacional em todo o mundo, garantindo proteção contra medidas de austeridade que comprometam os gastos com os sistemas públicos de educação.**

Há também uma necessidade urgente de que o FMI se envolva em um diálogo contínuo com a comunidade educacional em todo o mundo. Ele deve examinar como suas orientações coercitivas sobre austeridade e cortes na folha de pagamento do setor público podem ser reformuladas e substituídas por orientações sobre como os países podem expandir as receitas fiscais de forma progressiva e sensível ao gênero.

Uma das principais demandas que surgiram do TES em setembro de 2022 foi a participação do FMI nas discussões. No entanto, até o momento, o FMI não respondeu, e será necessário um esforço conjunto de todas as partes interessadas em educação para que haja mudanças. A comunidade educacional não conseguirá alcançar um progresso significativo em questões de financiamento estratégico enquanto a orientação política do FMI permanecer contraditória e prejudicar os esforços para financiar a educação de forma eficaz.

→ **Garantir um diálogo intersetorial entre os ministros da educação, finanças e relações exteriores, bem como outros setores públicos, sobre justiça fiscal e financiamento da educação.**

Os Ministérios da Educação devem dialogar com outros ministérios setoriais, como os da saúde, água e energia, para defender coletivamente reformas tributárias progressivas. Ao promover a colaboração intersetorial, eles podem ampliar o pedido de reforma tributária e garantir o financiamento adequado para a educação. Com muita frequência, cada setor se concentra apenas na parcela do orçamento nacional que recebe, o que gera concorrência e tensões entre eles. Ao mudar o foco para a tributação progressiva, todos os setores podem descobrir pontos em comum e trabalhar juntos de forma mais eficaz.

Conclusão

A perda anual estimada em US\$ 480 bilhões devido ao abuso de impostos, perpetuado por um sistema que beneficia os mais ricos e poderosos - ou seja, as corporações multinacionais e os super-ricos - é uma soma impressionante.⁹⁷ Essas perdas corroem a capacidade dos Estados, especialmente nos países de baixa e média renda, de defender e garantir os direitos humanos. Essas desigualdades, herdadas do legado colonial, manifestam-se profundamente em setores como a educação, onde o acesso e a qualidade são negados a milhões de crianças todos os anos, com a ausência de milhões de professores exacerbando a escassez global de professores no setor.⁹⁸

Os impostos sobre a riqueza são essenciais para a criação de um sistema tributário mais equitativo e para gerar os fundos necessários para apoiar serviços públicos como a educação. Ao visar especificamente os indivíduos mais ricos e as grandes corporações, os impostos sobre a riqueza ajudam a reduzir a concentração de riqueza e a garantir que aqueles que têm a maior capacidade de contribuir estejam pagando sua parte justa. Esse tipo de tributação aborda as brechas e as estratégias de evasão fiscal que beneficiam desproporcionalmente os ricos e permite que os governos redistribuam os recursos de forma mais eficaz. A receita gerada pelos impostos sobre a riqueza pode ser direcionada para setores essenciais, como a educação, que geralmente sofre com o subfinanciamento, promovendo assim a igualdade social e o crescimento econômico de longo prazo.

Aumentar as taxas de impostos em relação ao PIB em cinco pontos percentuais até 2030 é uma estratégia crucial para garantir que os governos tenham recursos adequados para financiar bens públicos, incluindo educação de qualidade. O aumento dessa proporção permite que os governos aloquem mais recursos para serviços essenciais como educação, saúde e infraestrutura. Uma proporção maior de impostos em relação ao PIB garante um financiamento mais consistente e sustentável, reduzindo a dependência de empréstimos ou ajuda externa e capacitando os governos a fazer investimentos de longo prazo em direitos humanos. Um aumento significativo nessa meta de cinco pontos percentuais poderia ser alcançado por meio da implementação de um imposto sobre a riqueza e do fim do abuso de impostos corporativos, o que aumentaria a arrecadação de receitas e promoveria um sistema tributário mais justo.

Estamos em um momento crítico com potencial para mudanças transformadoras. As negociações em andamento para uma convenção

⁹⁷ Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

⁹⁸ UNESCO, 'Global Report on Teachers: Addressing Teacher Shortages and Transforming the Profession'.

tributária da ONU oferecem uma oportunidade histórica de reformular sistemas tributários injustos.⁹⁹ É imperativo que esse processo seja democrático e inclusivo, permitindo que as vozes de todas as nações sejam ouvidas igualmente e guiadas por um compromisso inabalável com os direitos humanos. O ano de 2025 também é uma oportunidade fundamental para uma reforma mais ampla da arquitetura financeira internacional, com a quarta conferência Finance for Development em Sevilha, que reunirá diversas partes interessadas para enfrentar os desafios globais e definir políticas para o financiamento do desenvolvimento sustentável.

O apelo à ação é claro: devemos pressionar nossos governos a adotar reformas tributárias progressivas que façam mais do que aumentar a receita - elas também devem redistribuir o poder e os recursos de forma mais equitativa. O envolvimento no processo da convenção tributária da ONU é essencial. Os riscos são altos e o custo da inação é muito grande. Ao redefinir nossa abordagem à tributação, podemos começar a consertar a estrutura de nossa sociedade global, tornando a educação acessível a todos e, assim, enriquecendo inúmeras vidas. Precisamos que as comunidades da educação e da justiça fiscal trabalhem juntas, unam suas vozes e se aproximem daqueles que trabalham em outros serviços públicos. Precisamos ver reformas sistêmicas nas políticas tributárias em nível nacional e internacional. O momento de agir é agora.

⁹⁹ UN Secretary General, 'Promotion of Inclusive and Effective International Tax Cooperation at the United Nations'.

Metodologia

Este relatório usa dados de diversas fontes: receitas fiscais perdidas por abuso de impostos pelo relatório State of Tax Justice 2023 da Tax Justice Network,¹⁰⁰ dados do PIB (US\$ atuais) do Banco Mundial,¹⁰¹ dados de Tax-to-GDP do UNU-Wider GRD Government Revenue Dataset,¹⁰² e crianças fora da escola no ensino fundamental, alunos matriculados no ensino fundamental e gastos do governo com o ensino fundamental do UIS Statistics on Education da UNESCO.¹⁰³

Na maioria dos casos, os dados publicados mais recentemente não estavam disponíveis para todas as jurisdições, como veremos a seguir. Para dar um exemplo prático, os dados do PIB do Banco Mundial para 2023 não estavam disponíveis para 30 jurisdições. Em vez disso, o Banco Mundial publicou a estimativa disponível mais próxima; para 17 jurisdições, era 2022, e para sete jurisdições, era 2021. Em resumo, o Banco Mundial sempre fornece a estimativa mais próxima disponível para jurisdições nas quais a atualização mais recente não está disponível.

Seguimos essa abordagem em todo o nosso relatório: sempre usamos os dados mais recentes disponíveis para cada indicador e para cada país. Estendemos essa prática ao UNU-Wider GRD Government Revenue Dataset¹⁰⁴ e aos dados do UIS sobre crianças fora da escola em nível de ensino fundamental e gastos do governo com o ensino fundamental. Para fins de transparência, listamos abaixo todos os indicadores e seus pontos de dados disponíveis por ano.

Essa abordagem ilustra uma prática comum em relatórios de dados: usar os pontos de dados disponíveis mais próximos quando faltam observações para fornecer cobertura anual. Dados completos de todos os países em um determinado ano geralmente não podem ser obtidos devido ao compartilhamento incompleto de dados e a outras limitações.

Com relação à questão da comparabilidade entre os anos, as mudanças anuais nos principais indicadores são geralmente pequenas. Por exemplo, o PIB cresce em média 2% ao ano, e os índices de impostos sobre o PIB tendem a evoluir lentamente ao longo do tempo. Um país raramente passa por mudanças drásticas, como passar de um índice de impostos sobre o PIB de 15% para 30%; mesmo um aumento modesto de 15% para 16% geralmente reflete uma reforma tributária significativa. Da mesma forma, os gastos do governo permanecem relativamente estáveis, com mudanças substanciais geralmente impulsionadas por reformas de políticas. Em suma, é improvável que o uso de anos diferentes distorça significativamente as estimativas, que

¹⁰⁰ Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

¹⁰¹ 'World Bank Open Data'.

¹⁰² 'UNU WIDER : GRD – Government Revenue Dataset'.

¹⁰³ UNESCO Institute of Statistics, 'UIS Data Browser'.

¹⁰⁴ 'UNU WIDER : GRD – Government Revenue Dataset'.

são, na melhor das hipóteses, proxies, devido à baixa variação ao longo do tempo.

Idealmente, as estimativas seriam baseadas em um conjunto de dados abrangente para o mesmo ano, mas, na ausência disso, estamos confiantes de que o uso dos dados mais recentes disponíveis para todas as fontes primárias fornece uma avaliação significativa sem comprometer indevidamente a precisão.

Usamos dólares americanos correntes para garantir a consistência e a comparabilidade entre os países, pois isso reflete as taxas de câmbio mais recentes e o valor nominal dos dados. Embora esses números não sejam ajustados para a paridade do poder de compra (PPP) ou para a inflação, o uso de dólares americanos correntes fornece um retrato claro das receitas tributárias em termos amplamente compreendidos e usados na análise internacional. Como essas estimativas são proxies, os dólares americanos atuais oferecem uma medida relevante e prática para comparar as receitas fiscais e os gastos com educação dos países, especialmente para as percepções e visões gerais deste relatório.

Por fim, todos os dados são acessíveis ao público, garantindo que os resultados sejam totalmente replicáveis. A análise também pode ser rápida e facilmente atualizada assim que estatísticas mais recentes forem atualizadas e disponibilizadas.

Os conjuntos de dados

1. **Dados do relatório "O Estado Atual da Justiça Fiscal 2023":**

Todos os dados sobre receitas perdidas por abuso fiscal são provenientes do relatório State of Tax Justice 2023, publicado no ano passado.¹⁰⁵ Os dados desse relatório são baseados nos dados agregados de relatórios por país (CBCR) para o ano de 2018, conforme publicado pela OCDE em 2022. A OCDE publica dados agregados de CBCR com um atraso de quatro anos. Portanto, todas as estimativas sobre abuso de impostos devem ser um pouco antigas. Muitos estudos mostram que o fenômeno da transferência de lucros não parou. Portanto, pode-se ter certeza de que os dados usados são, na melhor das hipóteses, uma estimativa de limite inferior.

2. **Dados do PIB:** Os dados são provenientes do Banco Mundial, mais especificamente de seu indicador PIB (US\$ atual).¹⁰⁶ Os dados mais recentes são de 2023, exceto para:

- a. 17 jurisdições que têm dados para 2022 (Afeganistão, Samoa Americana, Aruba, Bermuda, Butão, Ilhas Cayman, Ilhas do Canal, Curaçao, Ilhas Faroe, Polinésia Francesa, Guam, Líbano, Liechtenstein, Mônaco, Nova Caledônia, Qatar, Tonga);

¹⁰⁵ Tax Justice Network, 'The State of Tax Justice 2023'.

¹⁰⁶ 'World Bank Open Data'.

- b. 7 jurisdições que têm dados para 2021 (Groenlândia, Ilha de Man, San Marino, St Martin (parte francesa), República Árabe da Síria, Ilhas Virgens (EUA));
- c. 2 jurisdições que têm dados para 2020 (Cuba e Ilhas Marianas do Norte);
- d. Iêmen (2018), Sudão do Sul (2015), Venezuela (2014) e Eritreia (2011).

3. Dados de impostos sobre o PIB: Os dados são provenientes do UNU-Wider GRD Government Revenue Dataset.¹⁰⁷ Os dados mais recentes são de 2022, mas há mais variações quanto aos dados mais disponíveis para cada país. Aqui estão as informações detalhadas sobre os dados

- a. **2022:** Angola, Aruba, Bangladesh, Barbados, Belize, Brunei, Burundi, República Centro-Africana, Colômbia, Comores, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Dominica, República Dominicana, Guiné Equatorial, Eswatini, Fiji, Gâmbia, Gana, Granada, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Índia, Indonésia, Jamaica, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Kosovo, Quirguistão, Laos, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malauí, Malásia, Mali, Mauritânia, Maurício, Moldávia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nepal, Níger, Omã, Panamá, Papua Nova Guiné, Ruanda, Santa Lúcia, Samoa, São Marino, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Cingapura, Ilhas Salomão, Somália, Sri Lanka, Suriname, Tajiquistão, Tanzânia, Tonga, Trinidad e Tobago, Tuvalu, Emirados Árabes Unidos, Zâmbia.
- b. **2021:** Albânia, Antígua e Barbuda, Argentina, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Bahamas, Bélgica, Butão, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Burkina Faso, Camboja, Canadá, Chile, China, Costa Rica, Croácia, Cuba, República Tcheca, Dinamarca, Equador, El Salvador, Estônia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Honduras, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Kiribati, Letônia, Líbano, Lituânia, Luxemburgo, Macau, Maldivas, Malta, México, Micronésia, Mongólia, Montenegro, Nauru, Países Baixos, Nicarágua, Macedônia do Norte, Noruega, Paquistão, Palestina, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, Portugal, Romênia, São Vicente e Granadinas, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai, Uzbequistão, Vanuatu, Vietnã, Zimbábue.
- c. **2020:** Afeganistão, Austrália, Bahrein, Belarus, Bulgária, Cabo Verde, Djibuti, Hong Kong, Japão, Kuwait, Liechtenstein, Nova Zelândia, Palau, São Cristóvão e Névis, Sudão, Tunísia, Uganda.
- d. **Restante dos anos:** Camarões, Guiana, Myanmar e Togo (2019); Chade e Arábia Saudita (2018); Botsuana (2017); Anguilla, Timor Leste e Irã (2016); Venezuela (2015); Benin e Rússia (2013); Líbia e Iêmen (2012); Ilhas Marshall, Catar, Síria e Turcomenistão (2008); Nigéria (2007); Chipre (2004); Eritreia (2002); Gabão (1996).

¹⁰⁷ 'UNU WIDER : GRD – Government Revenue Dataset'.

4. **Crianças do ensino fundamental que estão fora da escola:** Os dados são provenientes do UIS Statistics on Education da UNESCO.¹⁰⁸
- a. **2024:** Cazaquistão, Quirguistão, Laos, Moldávia, Nepal, Tailândia e Uzbequistão.
 - b. **2023:** Albânia, Andorra, Emirados Árabes Unidos, Armênia, Azerbaijão, Burkina Faso, Bangladesh, Bahrein, Bahamas, Bósnia e Herzegovina, Belarus, Belize, Bolívia, Barbados, Brunei, Costa do Marfim, Camarões, República do Congo, Ilhas Cook, Comores, Cuba, Curaçao, Ilhas Cayman, Dominica, República Dominicana, Argélia, Equador, Etiópia, Fiji, Geórgia, Guatemala, Guiana, Honduras, Indonésia, Índia, Jamaica, Jordânia, Camboja, Kiribati, Líbano, Santa Lúcia, Lesoto, Macau, Marrocos, Maldivas, Mali, Montenegro, Mongólia, Maurício, Malásia, Níger, Nicarágua, Niue, Nauru, Omã, Panamá, Peru, Filipinas, Palau, Porto Rico, Paraguai, Palestina, Rússia, Ruanda, Senegal, Ilhas Salomão, El Salvador, San Marino, Suriname, Seychelles, Síria, Chade, Togo, Tokelau, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Tuvalu, Tanzânia, São Vicente e Granadinas, Venezuela, Vanuatu, Samoa.
 - c. **2022:** Anguilla, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Benin, Bulgária, Brasil, Butão, Botsuana, Canadá, Suíça, Chile, Colômbia, Costa Rica, Chipre, República Tcheca, Alemanha, Dinamarca, Eritreia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Micronésia, Reino Unido, Grécia, Hong Kong, Croácia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Libéria, Sri Lanka, Lituânia, Luxemburgo, Letônia, México, Ilhas Marshall, Macedônia do Norte, Malta, Moçambique, Malauí, Países Baixos, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Polônia, Portugal, Catar, Romênia, Arábia Saudita, Cingapura, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Turquia, Uruguai, Estados Unidos, Ilhas Virgens Britânicas, África do Sul.
 - d. **2021:** Cabo Verde, Egito, Gana, Guiné, Gâmbia, Granada, Liechtenstein, São Tomé e Príncipe, Ilhas Turcas e Caicos; **2020:** Burundi, Irã, Madagascar, Timor-Leste, Zimbábue; **2019:** Antígua e Barbuda, Gabão, Maurítânia, Eswatini; **2018:** Papua Nova Guiné, Sudão; **2017:** República Centro-Africana, Montserrat, Tajiquistão, Uganda, Zâmbia; **2016:** Serra Leoa, Iêmen; **2015:** Guiné Equatorial, Kuwait, Namíbia, Sudão do Sul, Vietnã; **2014:** Aruba; **2012:** Bermudas, Quênia; **2011:** Angola; **2010:** Guiné-Bissau, São Cristóvão e Névis, Mianmar, Nigéria; **2009:** Coreia do Norte; **2007:** Iraque.
 - e. **Não há dados para:** Afeganistão, China, República Democrática do Congo, Djibuti, Gibraltar, Líbia, Mônaco, Somália, São Martinho, Turcomenistão

5. **Alunos matriculados na escola primária:** Os dados são provenientes do UIS Statistics on Education da UNESCO.¹⁰⁹ Esses dados não são fornecidos nas tabelas, mas foram necessários para obter a estimativa de gastos do governo por aluno.

¹⁰⁸ UNESCO Institute of Statistics, 'UIS Data Browser'.

¹⁰⁹ UNESCO Institute of Statistics.

- a. **2024:** Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Laos, Moldávia, Madagascar, Nepal, San Marino, Tailândia, Tajiquistão e Uzbequistão;
- b. **2023:** Andorra, Emirados Árabes Unidos, Armênia, Azerbaijão, Burkina Faso, Bangladesh, Bahrein, Bahamas, Bósnia e Herzegovina, Belize, Bermuda, Bolívia, Barbados, Brunei, China, Costa do Marfim, Camarões, República Democrática do Congo, Congo, Ilhas Cook, Comores, Cuba, Curaçao, Ilhas Cayman, Djibuti, Dominica, República Dominicana, Argélia, Equador, Egito, Etiópia, Fiji, Geórgia, Gibraltar, Gâmbia, Guatemala, Guiana, Hong Kong, Honduras, Indonésia, Índia, Jamaica, Jordânia, Camboja, Kiribati, Líbano, Santa Lúcia, Lesoto, Macau, Marrocos, Mônaco, Maldivas, Mali, Montenegro, Mongólia, Moçambique, Maurítânia, Montserrat, Maurício, Malauí, Malásia, Níger, Nicarágua, Niue, Nauru, Omã, Panamá, Peru, Filipinas, Palau, Porto Rico, Paraguai, Palestina, Catar, Rússia, Ruanda, Senegal, Ilhas Salomão, Serra Leoa, El Salvador, Somália, Suriname, Eswatini, Sint Maarten, Seychelles, Síria, Ilhas Turks e Caicos, Chade, Togo, Tokelau, Timor-Leste, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Tuvalu, Tanzânia, Estados Árabes (UIS), Ásia Central (UIS), Ucrânia, São Vicente e Granadinas, Venezuela, Vietnã, Vanuatu, Samoa;
- c. **2022:** Aruba, Angola, Anguilla, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Benin, Bulgária, Brasil, Butão, Botsuana, Canadá, Suíça, Chile, Colômbia, Costa Rica, Chipre, República Tcheca, Alemanha, Dinamarca, Eritreia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Micronésia, Reino Unido, Gana, Grécia, Croácia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Libéria, Sri Lanka, Lituânia, Luxemburgo, Letônia, México, Ilhas Marshall, Macedônia do Norte, Malta, Namíbia, Países Baixos, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Polónia, Portugal, Romênia, Arábia Saudita, Cingapura, Sérvia, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Turcomenistão, Turquia, Uruguai, Estados Unidos, Ilhas Virgens Britânicas, África do Sul, Zimbábue
- d. **2021:** Cabo Verde, Gabão, Guiné, Granada, São Cristóvão e Névis, Kuwait, Liechtenstein, Nigéria, Sudão do Sul, São Tomé e Príncipe
- e. Burundi, Irã, Zâmbia (2020); Afeganistão, Antígua e Barbuda, Guiné Equatorial e Quênia (2019); Mianmar, Papua Nova Guiné, Coreia do Norte, Sudão (2018), República Centro-Africana, Uganda (2017); Iêmen (2016); Guiné-Bissau (2010); Iraque (2007); Líbia (2006).

6. **Gastos do governo com o ensino fundamental:** Os dados são provenientes do UIS Statistics on Education da UNESCO. ¹¹⁰

- a. **2023:** Andorra, Armênia, Belize, Barbados, Costa do Marfim, Ilhas Cayman, República Dominicana, Argélia, Equador, Guatemala, Hong Kong, Honduras, Mônaco, Ilhas Maurício, Nicarágua, Peru, Paraguai, El Salvador, Tuvalu, África do Sul;

¹¹⁰ UNESCO Institute of Statistics.

b. **2022:** Argentina, Azerbaijão, Egito, Irã, Jamaica, Jordânia, Santa Lúcia, Moldávia, Ilhas Marshall, Nova Zelândia, Omã, Panamá, Senegal, Cingapura, Serra Leoa, San Marino, Ilhas Turcas e Caicos, Uruguai;

c. **2021:** Emirados Árabes Unidos, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Bolívia, Brasil, Suíça, Chile, Costa Rica, Chipre, República Tcheca, Alemanha, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Reino Unido, Croácia, Hungria, Índia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, São Cristóvão e Nevis, Coreia do Sul, Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Letônia, México, Mali, Malta, Mauritânia, Países Baixos, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Ruanda, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Trinidad e Tobago, Turquia, Ucrânia, Estados Unidos, Uzbequistão;

d. Dominica, Guiné, Sri Lanka, Malásia, Chade, Vanuatu (2020); Albânia, Cabo Verde, Grécia, Cazaquistão, Maldivas, Mianmar (2019); Bósnia e Herzegovina, Lesoto, Níger, São Vicente e Granadinas (2018); Afeganistão, Bermudas, Granada, Mongólia, Namíbia, Zâmbia (2017); Aruba, Brunei, Djibuti, Malawi, Seychelles, Togo, Samoa (2016); Benin, Burkina Faso, Bahrein, Comores, Gâmbia, Indonésia, Quênia, Nepal, Paquistão, Sudão do Sul, Síria (2015); Butão, Etiópia, Gabão, Gana, Camboja, Kuwait, Laos, Porto Rico, São Tomé e Príncipe, Eswatini, Timor-Leste, Tanzânia, Uganda, Zimbábue (2014); Burundi, Camarões, República Democrática do Congo, Curaçao, Fiji, Guiné-Bissau, Marrocos, Moçambique, Tailândia, Vietnã (2013); Bangladesh, Geórgia, Guiana, Madagascar (2012); Liechtenstein, Sérvia, Iêmen (2011); República Centro-Africana, República do Congo, Cuba (2010); Antígua e Barbuda, Botsuana, Filipinas, Catar, Venezuela (2009); Tunísia (2008); Arábia Saudita (2007); Angola (2006); Eritreia, Tonga (2004); Macau (2003); Nauru (2002); Kiribati, Palau (2001).

Equações

Receita tributária total por país: *Razão entre impostos e PIB x PIB.*

Gastos do governo por aluno: *gastos do governo com educação primária/alunos matriculados*

Da receita adicional gerada pela repressão ao abuso de impostos, se 20% forem alocados para o orçamento da educação: *Dados da SOTJ*0,20*

Qual seria o aumento nos gastos atuais do governo com educação primária: *(Novo orçamento em educação - Antigo orçamento em educação) / Antigo orçamento em educação*

Quantos alunos a mais seriam cobertos se os 20% a mais fossem gastos em despesas com educação por aluno usando dados do UIS? *Novo orçamento/gastos do governo por aluno*

Que proporção de crianças fora da escola será coberta? *Alunos extras/Alunos fora da escola*

Índices de impostos/PIB se fossem aumentados em 5pp (%): *Índices de imposto sobre o PIB + 5 pontos percentuais.*

Novo valor total da receita tributária por país se a relação imposto-PIB aumentasse em 5pp (dólar atual): *Nova taxa de impostos sobre o PIB x PIB.*

A receita adicional que seria arrecadada por país (dólares atuais): *Novas receitas tributárias - antigas receitas tributárias*

Que porcentagem da receita adicional poderia ser coberta pelas perdas de SOTJ? (%): *(Perdas SOTJ/Receitas adicionais) *100*

O restante permanece o mesmo. Das receitas adicionais, sempre multiplicamos por 0,20 para calcular o aumento orçamentário de 20% e, em seguida, são feitas as mesmas estimativas para o número de alunos extras e a proporção de alunos.

Anexos

Tabela 5: Perdas fiscais e matrículas na educação primária por país

País	SOTJ2023 Perdas - Tax Justice Network (Current USD)	Gastos do governo com educação por aluno - relatório GEM (em dólares americanos)	Da receita adicional gerada pela repressão ao abuso de impostos, se 20% forem alocados para o orçamento da educação: (US\$ atual)	Quantos alunos a mais seriam cobertos se os 20% a mais fossem gastos em despesas com educação por aluno usando os dados do GEM? (em dólares americano s atuais)
Aruba	22,356,674	2,231	4,471,335	2,004
Afeganistão	2,024,689	907	404,938	446
Angola	309,810,752	306	61,962,150	202,491
Anguilla	0	2,231	0	0
		8,984		
Albânia	49,744,064	8,984	9,948,813	1,107
	8,142,802	8,984	1,628,560	181
Emirados Árabes Unidos	0	5,679	0	0
Argentina	1,368,790,656	2,231	273,758,131	122,706
Armênia	25,081,874	5,679	5,016,375	883
		306		
Antígua e Barbuda	2,337,651	2,231	467,530	210
Austrália	3,785,478,400		757,095,680	
Áustria	1,313,112,192	8,984	262,622,438	29,232
Azerbaijão	22,511,022	5,679	4,502,204	793
Burundi	1,850,738	306	370,148	1,210
Bélgica	3,768,744,192	8,984	753,748,838	83,899
Benin	16,311,872	306	3,262,374	10,661
	1,964,985	2,231	392,997	176
Burkina Faso	12,306,058	306	2,461,212	8,043
Bangladesh	396,908,512	907	79,381,702	87,521
Bulgária	153,233,472	8,984	30,646,694	3,411
Bahrein	0	5,679	0	0
Bahamas	0	2,231	0	0

Bósnia e Herzegovina	16,901,124	8,984	3,380,225	376
		2,231		
Belarus	30,037,958	8,984	6,007,592	669
Belize	98,335,840	2,231	19,667,168	8,815
	0	9,447	0	0
Bolívia	91,892,192	2,231	18,378,438	8,238
Brasil	7,926,624,768	2,231	1,585,324,954	710,589
Barbados	188,426,176	2,231	37,685,235	16,892
Brunei	13,875,000	4,747	2,775,000	585
Butão	111,230	907	22,246	25
		2,231		
Botsuana	16,034,422	306	3,206,884	10,480
República Centro-Africana	392,957	306	78,591	257
Canadá	3,650,585,088	9,447	730,117,018	77,286
Suíça	4,669,696,000	8,984	933,939,200	103,956
Chile	1,757,433,088	2,231	351,486,618	157,547
China	11,435,210,752	10,342	2,287,042,150	221,141
Costa do Marfim	121,321,960	306	24,264,392	79,295
Camarões	65,758,696	306	13,151,739	42,980
República Democrática do Congo	210,617,600	306	42,123,520	137,659
Congo	577,805,696	306	115,561,139	377,651
	74,600,000		14,920,000	
Colômbia	1,891,784,448	2,231	378,356,890	169,591
Comores	13,829,201	306	2,765,840	9,039
Cabo Verde	11,164,455	306	2,232,891	7,297
Costa Rica	260,956,784	2,231	52,191,357	23,394
Cuba	4,919,834	2,231	983,967	441
	350,282,208	2,231	70,056,442	31,401
	0	2,231	0	0
Chipre	1,102,572,288	5,679	220,514,458	38,830
República Tcheca	757,639,808	8,984	151,527,962	16,866
Alemanha	26,046,214,144	8,984	5,209,242,829	579,836
Djibuti	11,245,612	306	2,249,122	7,350
Dominica	5,127,224	2,231	1,025,445	460
Dinamarca	1,778,091,904	8,984	355,618,381	39,584
República Dominicana	252,371,584	2,231	50,474,317	22,624
	62,504,244	4,616	12,500,849	2,708
Equador	140,510,192	2,231	28,102,038	12,596
	438,370,240	4,616	87,674,048	18,994
Eritreia	1,283,262	306	256,652	839
		4,616		
Espanha	6,424,654,336	8,984	1,284,930,867	143,024
Estônia	97,024,808	8,984	19,404,962	2,160
	53,427,560	306	10,685,512	34,920

Finlândia	904,927,616	8,984	180,985,523	20,145
Fiji	7,955,692		1,591,138	
	2,722,721	2,231	544,544	244
França	33,024,649,216	8,984	6,604,929,843	735,188
	1,690,727	8,984	338,145	38
Micronésia (país)	489,339		97,868	
Gabão	47,239,380	306	9,447,876	30,875
Reino Unido	44,684,197,888	8,984	8,936,839,578	994,751
Geórgia	20,791,180	5,679	4,158,236	732
	410,850,080	8,984	82,170,016	9,146
Gana	114,971,096	306	22,994,219	75,145
	226,091,280	8,984	45,218,256	5,033
Guiné	7,900,062	306	1,580,012	5,163
	0	2,231	0	0
Gâmbia	18,181,156	306	3,636,231	11,883
Guiné-Bissau	1,622,946	306	324,589	1,061
Guiné Equatorial	9,928,251	306	1,985,650	6,489
Grécia	1,526,988,672	8,984	305,397,734	33,994
Granada	3,249,728	2,231	649,946	291
	11,526,056	9,447	2,305,211	244
Guatemala	114,891,264	2,231	22,978,253	10,300
	0	2,231	0	0
	19,324,174		3,864,835	
Guiana	1,723,265	2,231	344,653	154
Hong Kong	1,213,427,584	10,342	242,685,517	23,466
Honduras	196,392,656	2,231	39,278,531	17,606
Croácia	102,435,032	8,984	20,487,006	2,280
Haiti	3,358,110	2,231	671,622	301
Hungria	377,134,496	8,984	75,426,899	8,396
Indonésia	2,806,311,936	4,747	561,262,387	118,235
	240,171,600	8,984	48,034,320	5,347
Índia	31,703,629,824	907	6,340,725,965	6,990,878
		306		
Irlanda	13,589,860,352	8,984	2,717,972,070	302,535
Irã	26,463,494	907	5,292,699	5,835
	54,397,080	5,679	10,879,416	1,916
Islândia	156,750,128	8,984	31,350,026	3,490
Israel	1,130,049,152	5,679	226,009,830	39,797
Itália	4,771,254,784	8,984	954,250,957	106,217
Jamaica	97,197,488	2,231	19,439,498	8,713
	1,411,528,832	8,984	282,305,766	31,423
Jordânia	120,790,520	5,679	24,158,104	4,254
Japão	8,319,468,544	10,342	1,663,893,709	160,887
Cazaquistão	183,338,800	906	36,667,760	40,472
Quênia	189,845,600	306	37,969,120	124,082
Quirguistão	5,533,580	906	1,106,716	1,222
Camboja	257,754,112	4,747	51,550,822	10,860
Kiribati	221,072		44,214	
São Cristóvão e Névis	834,843	2,231	166,969	75

Coreia do Sul	685,063,872	10,342	137,012,774	13,248
Kuwait	32,849,998	5,679	6,570,000	1,157
Laos	31,506,238	4,747	6,301,248	1,327
Líbano	141,259,760	5,679	28,251,952	4,975
Libéria	205,795,584	306	41,159,117	134,507
Líbia	58,174,900	4,616	11,634,980	2,521
Santa Lúcia	6,058,989	2,231	1,211,798	543
Liechtenstein	95,403,832	8,984	19,080,766	2,124
Sri Lanka	413,248,640	907	82,649,728	91,124
Lesoto	1,982,757	306	396,551	1,296
Lituânia	113,282,992	8,984	22,656,598	2,522
Luxemburgo	11,183,485,952	8,984	2,236,697,190	248,965
Letônia	91,730,960	8,984	18,346,192	2,042
Macau	108,161,136	10,342	21,632,227	2,092
	14,350,000	2,231	2,870,000	1,286
Marrocos	982,537,280	4,616	196,507,456	42,571
	-	8,984	-	-
Moldávia	21,933,444	8,984	4,386,689	488
Madagascar	13,028,824	306	2,605,765	8,516
Maldivas	37,365,064	907	7,473,013	8,239
México	6,685,348,352	2,231	1,337,069,670	599,314
Ilhas Marshall	70,661,160		14,132,232	
Macedônia do Norte	20,585,304	8,984	4,117,061	458
Mali	34,706,088	306	6,941,218	22,684
Malta	361,455,328	8,984	72,291,066	8,047
Myanmar	141,752,800	4,747	28,350,560	5,972
Montenegro	9,185,264	8,984	1,837,053	204
Mongólia	121,146,440	10,342	24,229,288	2,343
	71,190,000		14,238,000	
Moçambique	147,286,320	306	29,457,264	96,266
Mauritânia	8,237,890	306	1,647,578	5,384
	149,786	2,231	29,957	13
		2,231		
Ilhas Maurício	312,156,672	306	62,431,334	204,024
Malawi	33,087,734	306	6,617,547	21,626
Malásia	1,064,995,584	4,747	212,999,117	44,870
		306		
Namíbia	57,328,188	306	11,465,638	37,469
	9,803,850		1,960,770	
Níger	1,143,444	306	228,689	747
Nigéria	553,986,496	306	110,797,299	362,083
Nicarágua	134,994,480	2,231	26,998,896	12,102
Países Baixos	10,094,137,344	8,984	2,018,827,469	224,714
Noruega	1,620,146,560	8,984	324,029,312	36,067
Nepal	8,820,498	907	1,764,100	1,945
Nauru	17,369		3,474	
Nova Zelândia	592,381,760	906	118,476,352	130,769
Omã	132,600,008	5,679	26,520,002	4,670
Kosovo	-	-	-	-
Paquistão	126,941,496	907	25,388,299	27,992
Panamá	869,968,512	2,231	173,993,702	77,989

Peru	835,510,464	2,231	167,102,093	74,900
Filipinas	3,223,136,512	4,747	644,627,302	135,797
Palau	481		96	
Papua Nova Guiné	6,131,967		1,226,393	
Polônia	2,910,441,216	8,984	582,088,243	64,792
	188,937,488	2,231	37,787,498	16,937
	20,701	10,342	4,140	0
Portugal	1,204,507,648	8,984	240,901,530	26,815
Paraguai	13,607,129	2,231	2,721,426	1,220
Palestina	3,275,215	5,679	655,043	115
	8,230,830		1,646,166	
Qatar	101,000,000	5,679	20,200,000	3,557
		306		
Romênia	1,179,981,184	8,984	235,996,237	26,269
Rússia	1,315,252,864	8,984	263,050,573	29,280
Ruanda	5,125,653	306	1,025,131	3,350
Arábia Saudita	-	5,679	-	-
Sudão	3,721,465	4,616	744,293	161
Senegal	82,341,536	306	16,468,307	53,818
Cingapura	2,394,096,640	4,747	478,819,328	100,868
		2,231		
		306		
		8,984		
Ilhas Salomão	1,660,635		332,127	
Serra Leoa	7,091,468	306	1,418,294	4,635
El Salvador	239,844,112	2,231	47,968,822	21,501
São Marino	5,265,253	8,984	1,053,051	117
Somália	3,265,244	306	653,049	2,134
		9,447		
Sérvia	116,040,704	8,984	23,208,141	2,583
	90,693	306	18,139	59
São Tomé e Príncipe	139,170	306	27,834	91
Suriname	10,089,490	2,231	2,017,898	904
Eslováquia	550,741,312	8,984	110,148,262	12,260
Eslovênia	217,228,368	8,984	43,445,674	4,836
Suécia	2,394,995,200	8,984	478,999,040	53,317
Eswatini	16,261,192	306	3,252,238	10,628
	14,548,849	2,231	2,909,770	1,304
Seychelles	121,490,440	306	24,298,088	79,406
Síria	3,741,392	5,679	748,278	132
	13,814,222	2,231	2,762,844	1,238
Chade	5,328,393	306	1,065,679	3,483
Togo	10,583,787	306	2,116,757	6,918
Tailândia	880,833,344	4,747	176,166,669	37,111
Tajiquistão	754,316	906	150,863	167
Turcomenistão	635,935	906	127,187	140
o				
Timor Leste	5,419,951	4,747	1,083,990	228
Tonga	40,248		8,050	

Trinidad e Tobago	69,794,144	2,231	13,958,829	6,257
Tunísia	307,679,296	4,616	61,535,859	13,331
Turquia	1,188,783,616	5,679	237,756,723	41,866
Tuvalu	27,485		5,497	
	9,311,143,936		1,862,228,787	
Tanzânia	124,657,688	306	24,931,538	81,476
Uganda	34,268,936	306	6,853,787	22,398
Ucrânia	458,988,416	8,984	91,797,683	10,218
Uruguai	171,740,816	2,231	34,348,163	15,396
Estados Unidos	177,270,095,872	9,447	35,454,019,174	3,752,939
Uzbequistão	12,005,689	906	2,401,138	2,650
		8,984		
São Vicente e Granadinas	23,919,172	2,231	4,783,834	2,144
Venezuela	1,143,664,000	2,231	228,732,800	102,525
	0	2,231	0	0
	53,130,000	2,231	10,626,000	4,763
Vietnã	1,568,645,760	4,747	313,729,152	66,090
Vanuatu	4,750,606		950,121	
Samoa	142,309,152		28,461,830	
	0		0	
Iêmen	3,432,613	8,984	686,523	76
		5,679		
África do Sul	2,006,294,656		401,258,931	
		306		
Zâmbia	829,536,832		165,907,366	
Zimbábue	51,349,396	306	10,269,879	33,562
TOTAL	480,423,282,435		96,084,656,487	21,054,587

Tabela 6: Perdas fiscais devido a abuso fiscal e aumento potencial do número de professores por país (educação primária)

País	Prejuízos fiscais devido a abuso fiscal (SOTJ 2023 - milhões de dólares)	Participação no orçamento da educação (% do orçamento nacional)	Equivalente a X salários de professores	Permite que o país aumente o número de professores em
Total	480,423.3		19,734,673	
Média	1,929.4	19.6%	139,962	119.2%
"Total de países de baixa renda (Classificação do Banco Mundial: renda baixa e média baixa)"	47,224.8		10,128,118	

Países de renda média baixa (Classificação do Banco Mundial: renda baixa e média baixa)	597.8	17.2%	184,148	56.8%
Afeganistão	2.0	0.2%	1,042	0.8%
Albânia	49.7	9.6%	5,728	59.3%
Argélia	62.5			
Samoa Americana	0.0			
Andorra	8.1	9.1%		
Angola	309.8		119,426	134.8%
Anguilla	0.0			
Antártica	0.0			
Antígua e Barbuda	2.3			
Argentina	1,368.8	6.0%	132,253	45.2%
Armênia	25.1	5.2%	6,710	85.3%
Aruba	22.4		651	
Austrália	3,785.5	5.1%	78,879	
Áustria	1,313.1	5.4%	26,449	84.7%
Azerbaijão	22.5	1.1%		
Bahamas (o)	0.0			
Bahrein	0.0	0.0%		
Bangladesh	396.9	10.9%	123,329	34.3%
Barbados	188.4			
Belarus	30.0	0.9%	3,480	15.4%
Bélgica	3,768.7	10.5%	49,118	61.8%
Belize	98.3	88.2%	7,393	296.2%
Benin	16.3	3.9%		
Bermudas	0.0	0.0%		
Butão	0.1	0.1%	23	0.7%
Bolívia (Estado Plurinacional da)	91.9	2.9%		
Bonaire, Santo Eustáquio e Saba	2.0			
Bósnia e Herzegovina	16.9		1,491	15.9%
Botsuana	16.0		991	6.9%
Ilha Bouvet	0.0			
Brasil	7,926.6	9.3%	391,218	50.6%
Território Britânico do Oceano Índico (o)	0.0			
Brunei Darussalam	13.9		430	10.1%
Bulgária	153.2	4.8%	7,185	31.4%
Burkina Faso	12.3	1.4%	3,681	4.2%
Burundi	1.9	1.4%	280	0.7%

Cabo Verde	11.2	11.9%	1,730	56.4%
Camboja	257.8	48.5%	56,946	126.1%
Camarões	65.8	5.4%	13,158	11.5%
Canadá	3,650.6	4.3%	86,596	
Ilhas Cayman (as)	0.0			
República Centro-Africana (o)	0.4			
Chade	5.3	1.6%	1,468	2.9%
Chile	1,757.4	12.3%	68,716	73.5%
China	11,435.2			
Ilha do Natal	0.0			
Ilhas Cocos (Keeling) (as)	0.0			
Colômbia	1,891.8	13.3%	80,842	44.7%
Comores (o)	13.8		3,989	90.1%
Congo (República Democrática do)	210.6	38.1%	156,780	30.6%
Congo (o)	577.8	141.1%	181,119	650.5%
Ilhas Cook (as)	74.6			
Costa Rica	261.0	6.4%	10,606	24.6%
Croácia	102.4	4.0%	3,413	26.1%
Cuba	4.9			
Curaçao	350.3		13,556	
Chipre	1,102.6	77.5%	24,029	462.5%
República Tcheca	757.6	6.5%	28,930	
Costa do Marfim	121.3	4.9%	24,600	23.3%
Dinamarca	1,778.1	6.8%	33,320	77.4%
Djibuti	11.2	10.3%	1,206	47.0%
Dominica	5.1	17.9%		
República Dominicana (o)	252.4		27,260	44.1%
Equador	140.5	3.3%	13,084	16.8%
Egito	438.4		201,139	45.6%
El Salvador	239.8	23.1%	30,754	
Guiné Equatorial	9.9			
Eritreia	1.3			
Estônia	97.0	5.6%	3,727	44.8%
Eswatini	16.3		1,766	19.3%
Etiópia	53.4		24,682	7.0%
Ilhas Falkland (as) [Malvinas]	2.7			
Ilhas Faroe (as)	1.7			
Fiji	8.0		818	12.9%
Finlândia	904.9	5.0%	24,192	84.6%
França	33,024.6	22.0%	954,166	
Guiana Francesa	0.0			
Polinésia Francesa	8.2			

Territórios Franceses do Sul (os)	0.0			
Gabão	47.2			
Gâmbia (o)	18.2	46.0%	14,461	109.1%
Geórgia	20.8	2.2%	4,185	12.8%
Alemanha	26,046.2	12.0%	369,876	141.7%
Gana	115.0	4.4%	39,493	22.9%
Gibraltar	226.1			
Grécia	1,527.0	20.7%	74,901	97.5%
Groenlândia	11.5			
Granada	3.2			
Guadalupe	0.0			
Guam	19.3			
Guatemala	114.9	3.7%	11,558	9.9%
Guernsey	410.9			
Guiné	7.9	2.3%	3,332	7.3%
Guiné-Bissau	1.6		663	
Guiana	1.7	0.8%	298	5.5%
Haiti	3.4	1.3%		
Ilha Heard e Ilhas McDonald	0.0			
Santa Sé (a)	0.0			
Honduras	196.4	13.5%	18,994	45.7%
Hong Kong	1,213.4	8.8%	19,623	67.3%
Hungria	377.1	5.8%	23,372	62.3%
Islândia	156.8	8.4%	1,951	56.6%
Índia	31,703.6	25.6%	6,356,388	131.7%
Indonésia	2,806.3		1,006,626	69.6%
Irã (República Islâmica do)	26.5	0.3%		
Iraque	54.4			
Irlanda	13,589.9	97.5%	374,570	956.7%
Ilha de Man	240.2			
Israel	1,130.0	4.2%	47,962	57.7%
Itália	4,771.3	5.7%	144,666	58.1%
Jamaica	97.2	12.4%	10,498	94.4%
Japão	8,319.5		290,779	66.0%
Jersey	1,411.5			
Jordânia	120.8	7.9%	14,610	25.0%
Cazaquistão	183.3	3.5%	20,124	17.9%
Quênia	189.8	4.5%	51,365	16.7%
Kiribati	0.2		56	7.9%
Coreia (República Popular Democrática da)	0.0			
Coreia (República da)	685.1	0.9%	20,380	12.0%
Kuwait	32.9			
Quirguistão	5.5	1.2%		
República Democrática	31.5		15,595	47.5%

Popular do Laos (a)				
Letônia	91.7	5.5%	5,383	54.3%
Líbano	141.3		10,677	29.7%
Lesoto	2.0	1.2%	260	2.6%
Libéria	205.8	267.3%		
Líbia	58.2			
Liechtenstein	95.4			
Lituânia	113.3	4.4%	3,430	40.6%
Luxemburgo	11,183.5	393.8%	156,092	2842.7%
Macau	108.2	6.8%		
Madagascar	13.0	3.3%	12,235	9.2%
Malawi	33.1	11.1%	20,699	24.4%
Malásia	1,065.0	8.1%	70,375	27.8%
Maldivas	37.4		3,297	66.6%
Mali	34.7	4.1%	13,200	19.2%
Malta	361.5	46.1%	7,988	380.0%
Ilhas Marshall (as)	70.7	362.1%	6,083	1246.4%
Martinica	0.0			
Mauritânia	8.2	4.7%		
Ilhas Maurício	312.2	56.1%	30,294	510.3%
Mayotte	0.0			
México	6,685.3	13.3%	306,635	54.0%
Micronésia (Estados Federados da)	0.5			
Moldávia (República da)	21.9	2.5%	4,882	64.9%
Mônaco	0.0	0.0%		
Mongólia	121.1	25.9%	27,111	235.6%
Montenegro	9.2		585	
Montserrat	0.1			
Marrocos	982.5			
Moçambique	147.3	18.2%		
Myanmar	141.8	9.6%	75,078	34.5%
Namíbia	57.3			
Nauru	0.0			
Nepal	8.8	0.7%	3,647	2.3%
Holanda (o)	10,094.1	20.5%	206,825	203.5%
Nova Caledônia	9.8			
Nova Zelândia	592.4	4.2%	16,979	63.8%
Nicarágua	135.0	22.5%		
Níger (o)	1.1	0.3%		
Nigéria	554.0		234,903	25.7%
Niue	0.0			
Ilha Norfolk	0.0			
Ilhas Marianas do Norte (as)	71.2			
Noruega	1,620.1	5.3%	37,584	72.8%
Omã	132.6	2.8%		
Paquistão	126.9	1.6%	42,847	9.1%

Palau	0.0		0	
Palestina, Estado da	3.3	0.3%		
Panamá	870.0		43,429	196.5%
Papua Nova Guiné	6.1	1.4%		
Paraguai	13.6	1.0%	1,835	
Peru	835.5	8.8%	88,288	40.0%
Filipinas (o)	3,223.1		452,469	85.8%
Pitcairn	0.0			
Polônia	2,910.4	10.0%	151,308	115.3%
Portugal	1,204.5	10.8%	35,106	67.0%
Porto Rico	188.9			
Qatar	101.0	2.2%	1,135	8.6%
República da Macedônia do Norte	20.6			
Romênia	1,180.0	13.1%	50,644	107.6%
Federação Russa (o)	1,315.3	1.7%	126,985	38.6%
Ruanda	5.1	1.0%	2,457	3.9%
Reunião	0.0		0	
São Bartolomeu	0.0			
Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha	0.0			
São Cristóvão e Névis	0.8	3.5%		
Santa Lúcia	6.1	7.0%		
São Martinho (parte francesa)	14.4			
São Pedro e Miquelon	0.0			
São Vicente e Granadinas	23.9	51.8%		
Samoa	142.3		16,989	1164.5%
São Marino	5.3	9.1%		
São Tomé e Príncipe	0.1	0.6%		
Arábia Saudita	0.0		0	0.0%
Senegal	82.3	7.3%	21,224	29.4%
Sérvia	116.0	5.6%	15,338	82.4%
Seychelles	121.5			
Serra Leoa	7.1	2.0%	2,454	5.6%
Cingapura	2,394.1	24.3%	38,450	227.2%
Sint Maarten (parte holandesa)	14.5			
Eslováquia	550.7	10.8%	32,786	175.4%
Eslovênia	217.2	7.5%	6,965	
Ilhas Salomão	1.7			
Somália	3.3			

África do Sul	2,006.3	7.7%	189,675	
Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul	0.0			
Sudão do Sul	0.1			
Espanha	6,424.7	10.3%	143,891	58.0%
Sri Lanka	413.2	22.0%	116,457	162.0%
Sudão (o)	3.7		1,542	
Suriname	10.1		1,637	32.3%
Svalbard e Jan Mayen	0.0			
Suécia	2,395.0	5.5%	55,696	78.2%
Suíça	4,669.7	11.9%	76,711	137.6%
República Árabe da Síria	3.7			
Taiwan (Província da China)	9,311.1			
Tajiquistão	0.8			
Tanzânia, República Unida da	124.7	6.3%	18,835	9.3%
Tailândia	880.8		85,746	26.7%
Timor-Leste	5.4	5.1%	1,508	19.1%
Togo	10.6	3.7%	3,228	7.8%
Tokelau	0.0			
Tonga	0.0		7	0.8%
Trinidad e Tobago	69.8	9.5%		
Tunísia	307.7		64,550	78.9%
Turquia	1,188.8	4.1%		
Turcomenistão	0.6	0.0%		
Ilhas Turks e Caicos (as)	13.8	40.2%		
Tuvalu	0.0			
Uganda	34.3	5.2%	7,023	3.4%
Ucrânia	459.0	5.4%	176,507	152.1%
Emirados Árabes Unidos (o)	0.0	0.0%	0	0.0%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (o)	44,684.2	28.4%		
Ilhas Menores Distantes dos Estados Unidos (the)	0.0			
Estados Unidos da América (o)	177,270.1	15.3%	3,940,035	222.1%
Uruguai	171.7	6.3%	10,633	54.5%
Uzbequistão	12.0	0.4%	2,673	2.2%
Vanuatu	4.8	24.0%	739	34.4%

Venezuela (República Bolivariana da)	1,143.7			
Vietnã	1,568.6	15.4%	303,380	79.4%
Ilhas Virgens (Britânicas)	0.0			
Ilhas Virgens (EUA)	53.1			
Wallis e Futuna	0.0			
Saara Ocidental	0.0			
Iêmen	3.4		940	
Zâmbia	829.5	66.5%	179,637	216.0%
Zimbábue	51.3	7.3%		
Ilhas Åland	0.0			

Tabela 7: Perdas fiscais devido a abuso fiscal e aumento potencial nos salários dos professores por país (educação primária)

País	Prejuízos fiscais devido a abuso fiscal (SOTJ 2023 - milhões de dólares)	Participação no orçamento da educação	O país poderia aumentar os salários dos professores em X%
Total	480,423.3		
Média	1,929.4	19.6%	108.5%
"Total de países de baixa renda (Classificação do Banco Mundial: renda baixa e média baixa)"	47,224.8		
Países de renda média baixa (Classificação do Banco Mundial: renda baixa e média baixa)	597.8	17.2%	56.8%
Afeganistão	2.0	0.2%	0.8%
Albânia	49.7	9.6%	59.3%
Argélia	62.5		
Samoa Americana	0.0		
Andorra	8.1	9.1%	
Angola	309.8		134.8%
Anguilla	0.0		
Antártica	0.0		
Antígua e Barbuda	2.3		
Argentina	1,368.8	6.0%	45.2%
Armênia	25.1	5.2%	85.3%
Aruba	22.4		
Austrália	3,785.5	5.1%	
Áustria	1,313.1	5.4%	79.9%
Azerbaijão	22.5	1.1%	
Bahamas (o)	0.0		
Bahrein	0.0	0.0%	
Bangladesh	396.9	10.9%	34.3%

Barbados	188.4		
Belarus	30.0	0.9%	15.4%
Bélgica	3,768.7	10.5%	61.8%
Belize	98.3	88.2%	296.2%
Benin	16.3	3.9%	
Bermudas	0.0	0.0%	
Butão	0.1	0.1%	0.7%
Bolívia (Estado Plurinacional da)	91.9	2.9%	
Bonaire, Santo Eustáquio e Saba	2.0		
Bósnia e Herzegovina	16.9		15.9%
Botsuana	16.0		6.9%
Ilha Bouvet	0.0		
Brasil	7,926.6	9.3%	85.2%
Território Britânico do Oceano Índico (o)	0.0		
Brunei Darussalam	13.9		10.1%
Bulgária	153.2	4.8%	30.4%
Burkina Faso	12.3	1.4%	4.2%
Burundi	1.9	1.4%	0.7%
Cabo Verde	11.2	11.9%	56.4%
Camboja	257.8	48.5%	126.1%
Camarões	65.8	5.4%	11.5%
Canadá	3,650.6	4.3%	
Ilhas Cayman (as)	0.0		
República Centro-Africana (o)	0.4		
Chade	5.3	1.6%	2.9%
Chile	1,757.4	12.3%	59.5%
China	11,435.2		
Ilha do Natal	0.0		
Ilhas Cocos (Keeling) (as)	0.0		
Colômbia	1,891.8	13.3%	24.5%
Comores (o)	13.8		90.1%
Congo (República Democrática do)	210.6	38.1%	30.6%
Congo (o)	577.8	141.1%	650.5%
Ilhas Cook (as)	74.6		
Costa Rica	261.0	6.4%	20.9%
Croácia	102.4	4.0%	25.0%
Cuba	4.9		
Curaçao	350.3		
Chipre	1,102.6	77.5%	462.5%
República Tcheca	757.6	6.5%	
Costa do Marfim	121.3	4.9%	23.3%
Dinamarca	1,778.1	6.8%	69.7%
Djibuti	11.2	10.3%	47.0%
Dominica	5.1	17.9%	
República Dominicana (o)	252.4		44.1%

Equador	140.5	3.3%	16.8%
Egito	438.4		45.6%
El Salvador	239.8	23.1%	
Guiné Equatorial	9.9		
Eritreia	1.3		
Estônia	97.0	5.6%	33.3%
Eswatini	16.3		19.3%
Etiópia	53.4		7.0%
Ilhas Falkland (as) [Malvinas]	2.7		
Ilhas Faroe (as)	1.7		
Fiji	8.0		12.9%
Finlândia	904.9	5.0%	73.8%
França	33,024.6	22.0%	
Guiana Francesa	0.0		
Polinésia Francesa	8.2		
Territórios Franceses do Sul (os)	0.0		
Gabão	47.2		
Gâmbia (o)	18.2	46.0%	109.1%
Geórgia	20.8	2.2%	12.8%
Alemanha	26,046.2	12.0%	123.5%
Gana	115.0	4.4%	22.9%
Gibraltar	226.1		
Grécia	1,527.0	20.7%	80.2%
Groenlândia	11.5		
Granada	3.2		
Guadalupe	0.0		
Guam	19.3		
Guatemala	114.9	3.7%	9.9%
Guernsey	410.9		
Guiné	7.9	2.3%	7.3%
Guiné-Bissau	1.6		
Guiana	1.7	0.8%	5.5%
Haiti	3.4	1.3%	
Ilha Heard e Ilhas McDonald	0.0		
Santa Sé (a)	0.0		
Honduras	196.4	13.5%	45.7%
Hong Kong	1,213.4	8.8%	67.3%
Hungria	377.1	5.8%	55.4%
Islândia	156.8	8.4%	56.6%
Índia	31,703.6	25.6%	131.7%
Indonésia	2,806.3		69.6%
Irã (República Islâmica do)	26.5	0.3%	
Iraque	54.4		
Irlanda	13,589.9	97.5%	690.3%
Ilha de Man	240.2		
Israel	1,130.0	4.2%	45.6%
Itália	4,771.3	5.7%	53.0%
Jamaica	97.2	12.4%	94.4%

Japão	8,319.5		46.6%
Jersey	1,411.5		
Jordânia	120.8	7.9%	25.0%
Cazaquistão	183.3	3.5%	17.9%
Quênia	189.8	4.5%	16.7%
Kiribati	0.2		7.9%
Coreia (República Popular Democrática da)	0.0		
Coreia (República da)	685.1	0.9%	8.0%
Kuwait	32.9		
Quirguistão	5.5	1.2%	
República Democrática Popular do Laos (a)	31.5		47.5%
Letônia	91.7	5.5%	32.8%
Líbano	141.3		29.7%
Lesoto	2.0	1.2%	2.6%
Libéria	205.8	267.3%	
Líbia	58.2		
Liechtenstein	95.4		
Lituânia	113.3	4.4%	39.4%
Luxemburgo	11,183.5	393.8%	2198.0%
Macau	108.2	6.8%	
Madagascar	13.0	3.3%	9.2%
Malawi	33.1	11.1%	24.4%
Malásia	1,065.0	8.1%	27.8%
Maldivas	37.4		66.6%
Mali	34.7	4.1%	19.2%
Malta	361.5	46.1%	380.0%
Ilhas Marshall (as)	70.7	362.1%	1246.4%
Martinica	0.0		
Mauritânia	8.2	4.7%	
Ilhas Maurício	312.2	56.1%	510.3%
Mayotte	0.0		
México	6,685.3	13.3%	43.1%
Micronésia (Estados Federados da)	0.5		
Moldova (República da)	21.9	2.5%	64.9%
Mônaco	0.0	0.0%	
Mongólia	121.1	25.9%	235.6%
Montenegro	9.2		
Montserrat	0.1		
Marrocos	982.5		
Moçambique	147.3	18.2%	
Myanmar	141.8	9.6%	34.5%
Namíbia	57.3		
Nauru	0.0		
Nepal	8.8	0.7%	2.3%
Holanda (o)	10,094.1	20.5%	142.7%
Nova Caledônia	9.8		
Nova Zelândia	592.4	4.2%	39.7%
Nicarágua	135.0	22.5%	

Níger (o)	1.1	0.3%	
Nigéria	554.0		25.7%
Niue	0.0		
Ilha Norfolk	0.0		
Ilhas Marianas do Norte (as)	71.2		
Noruega	1,620.1	5.3%	60.7%
Omã	132.6	2.8%	
Paquistão	126.9	1.6%	9.1%
Palau	0.0		
Palestina, Estado da	3.3	0.3%	
Panamá	870.0		196.5%
Papua Nova Guiné	6.1	1.4%	
Paraguai	13.6	1.0%	
Peru	835.5	8.8%	40.0%
Filipinas (o)	3,223.1		85.8%
Pitcairn	0.0		
Polônia	2,910.4	10.0%	86.0%
Portugal	1,204.5	10.8%	55.0%
Porto Rico	188.9		
Qatar	101.0	2.2%	8.6%
República da Macedônia do Norte	20.6		
Romênia	1,180.0	13.1%	90.2%
Federação Russa (o)	1,315.3	1.7%	38.6%
Ruanda	5.1	1.0%	3.9%
Reunião	0.0		
São Bartolomeu	0.0		
Santa Helena, Ascensão e Tristão da Cunha	0.0		
São Cristóvão e Névis	0.8	3.5%	
Santa Lúcia	6.1	7.0%	
São Martinho (parte francesa)	14.4		
São Pedro e Miquelon	0.0		
São Vicente e Granadinas	23.9	51.8%	
Samoa	142.3		1164.5%
São Marino	5.3	9.1%	
São Tomé e Príncipe	0.1	0.6%	
Arábia Saudita	0.0		0.0%
Senegal	82.3	7.3%	29.4%
Sérvia	116.0	5.6%	82.4%
Seychelles	121.5		
Serra Leoa	7.1	2.0%	5.6%
Cingapura	2,394.1	24.3%	227.2%
Sint Maarten (parte holandesa)	14.5		
Eslováquia	550.7	10.8%	156.1%
Eslovênia	217.2	7.5%	
Ilhas Salomão	1.7		

Somália	3.3		
África do Sul	2,006.3	7.7%	
Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul	0.0		
Sudão do Sul	0.1		
Espanha	6,424.7	10.3%	53.4%
Sri Lanka	413.2	22.0%	162.0%
Sudão (o)	3.7		
Suriname	10.1		32.3%
Svalbard e Jan Mayen	0.0		
Suécia	2,395.0	5.5%	70.8%
Suíça	4,669.7	11.9%	110.5%
República Árabe da Síria	3.7		
Taiwan (Província da China)	9,311.1		
Tajiquistão	0.8		
Tanzânia, República Unida da	124.7	6.3%	9.3%
Tailândia	880.8		26.7%
Timor-Leste	5.4	5.1%	19.1%
Togo	10.6	3.7%	7.8%
Tokelau	0.0		
Tonga	0.0		0.8%
Trinidad e Tobago	69.8	9.5%	
Tunísia	307.7		78.9%
Turquia	1,188.8	4.1%	
Turcomenistão	0.6	0.0%	
Ilhas Turks e Caicos (as)	13.8	40.2%	
Tuvalu	0.0		
Uganda	34.3	5.2%	3.4%
Ucrânia	459.0	5.4%	152.1%
Emirados Árabes Unidos (o)	0.0	0.0%	0.0%
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (o)	44,684.2	28.4%	
Ilhas Menores Distantes dos Estados Unidos (the)	0.0		
Estados Unidos da América (o)	177,270.1	15.3%	163.6%
Uruguai	171.7	6.3%	54.5%
Uzbequistão	12.0	0.4%	2.2%
Vanuatu	4.8	24.0%	34.4%
Venezuela (República Bolivariana da)	1,143.7		
Vietnã	1,568.6	15.4%	79.4%
Ilhas Virgens (Britânicas)	0.0		
Ilhas Virgens (EUA)	53.1		

Wallis e Futuna	0.0		
Saara Ocidental	0.0		
Iêmen	3.4		
Zâmbia	829.5	66.5%	216.0%
Zimbábue	51.3	7.3%	
Ilhas Åland	0.0		

Tabela 8: Índices de impostos em relação ao PIB, receita tributária e impactos nos orçamentos da educação por país (educação primária)

País	Razão imposto-PIB - UNU - Mais amplo (%)	Valor total da receita tributária por país (USD corrente)	Gastos do governo com educação por aluno - relatório GEM (em dólares americanos)	Índices de impostos-PIB se fossem aumentados em 5pp (%)	Novo valor total da receita tributária por país se a relação imposto-PIB fosse aumentada em 5pp (dólares correntes)	Receita adicional que seria arrecada da por país (dólares atuais)	Quantos alunos a mais seriam cobertos se os 20% a mais fossem gastos em despesas com educação por aluno? (US\$ atual)
Aruba	18.81	666,652,219	2,231	23.81	843,887,608	177,235,389	15,888
Afeganistão	6.76	980,376,492	907	11.76	1,705,484,402	725,107,910	159,891
Angola	22.45	19,016,652,563	306	27.45	23,252,800,445	4,236,147,882	2,768,724
Anguilla	18.18	-	2,231	23.18	-	-	
	-	-	8,984	-	-	-	
Albânia	24.74	5,684,938,218	8,984	29.74	6,833,822,111	1,148,883,893	25,576
Emirados Árabes Unidos	19.81	99,865,141,470	5,679	24.81	125,073,814,036	25,208,672,566	887,786
Argentina	29.08	186,295,430,290	2,231	34.08	218,325,000,823	32,029,570,533	2,871,320
Armênia	22.54	5,457,418,138	5,679	27.54	6,668,024,870	1,210,606,732	42,635
Antígua e Barbuda	16.78	341,189,284	2,231	21.78	442,843,543	101,654,259	9,113
Austrália	29.97	516,701,037,710		34.97	602,892,398,477	86,191,360,767	

Áustria	43.71	225,577, 535,514	8,984	48.71	251,379, 242,720	25,801,7 07,206	574,392
Azerbaijão	13.47	9,747,25 4,898	5,679	18.47	13,365,0 63,721	3,617,80 8,824	127,410
Burundi	16.24	429,159, 870	306	21.24	561,267, 954	132,108, 083	86,345
Bélgica	44.90	283,894, 362,152	8,984	49.90	315,505, 191,006	31,610,8 28,854	703,714
Benin	11.63	2,287,26 6,064	306	16.63	3,270,93 0,298	983,664, 234	642,918
			2,231				
Burkina Faso	15.91	3,232,91 3,212	306	20.91	4,249,14 4,104	1,016,23 0,892	664,203
Bangladesh	7.77	33,975,8 97,612	907	12.77	55,846,6 64,164	21,870,7 66,552	4,822,66 1
Bulgária	30.28	30,760,9 71,107	8,984	35.28	35,840,1 90,341	5,079,21 9,234	113,073
Bahrein	2.92	1,262,56 8,015	5,679	7.92	3,422,81 8,015	2,160,25 0,000	76,079
Bahamas	14.38	2,061,67 7,219	2,231	19.38	2,778,60 2,219	716,925, 000	64,269
Bósnia e Herzegovina	36.52	9,881,45 6,108	8,984	41.52	11,234,2 00,576	1,352,74 4,468	30,115
			2,231				
Belarus	32.62	23,439,1 20,929	8,984	37.62	27,031,9 90,066	3,592,86 9,137	79,984
Belize	20.54	674,097, 992	2,231	25.54	838,172, 992	164,075, 000	14,709
			9,447				
Bolívia	20.30	9,305,89 6,126	2,231	25.30	11,598,3 87,772	2,292,49 1,645	205,512
Brasil	32.63	709,198, 387,094	2,231	37.63	817,881, 669,891	108,683, 282,797	9,743,01 1
Barbados	29.42	1,881,22 3,412	2,231	34.42	2,200,90 1,621	319,678, 209	28,658
Brunei	12.06	1,824,17 9,749	4,747	17.06	2,580,59 4,397	756,414, 648	31,869
Butão	11.80	341,990, 682	907	16.80	486,902, 068	144,911, 386	31,954
			2,231				
Botsuana	23.94	4,643,89 4,163	306	28.94	5,613,68 2,419	969,788, 256	633,849
República Centro-Africana	7.19	183,629, 847	306	12.19	311,404, 451	127,774, 604	83,513
Canadá	33.03	706,876, 441,389	9,447	38.03	813,880, 719,779	107,004, 278,390	2,265,36 0
Suíça	28.61	253,195, 092,629	8,984	33.61	297,442, 112,741	44,247,0 20,112	985,018

Chile	20.77	69,679,734,069	2,231	25.77	86,456,400,652	16,776,666,583	1,503,959
China	22.33	3,973,441,416,368	10,342	27.33	4,863,180,515,673	889,739,099,305	17,206,326
Costa do Marfim	12.86	10,131,452,666	306	17.86	14,070,894,111	3,939,441,445	2,574,798
Camarões	13.04	6,253,780,356	306	18.04	8,651,055,861	2,397,275,505	1,566,847
República Democrática do Congo	11.99	7,961,264,064	306	16.99	11,280,428,414	3,319,164,350	2,169,388
Congo	8.73	1,337,871,907	306	13.73	2,103,924,698	766,052,791	500,688
Colômbia	22.20	80,705,917,458	2,231	27.20	98,882,925,269	18,177,007,812	1,629,494
Comores	7.71	104,201,333	306	12.71	171,820,382	67,619,049	44,195
Cabo Verde	17.79	460,183,737	306	22.79	589,546,340	129,362,604	84,551
Costa Rica	14.22	12,302,101,122	2,231	19.22	16,626,998,194	4,324,897,072	387,709
Cuba	17.70	19,004,758,484	2,231	22.70	24,372,348,484	5,367,590,000	481,182
Chipre	28.85	9,296,746,933	5,679	33.85	10,908,228,067	1,611,481,133	56,752
República Tcheca	33.91	112,190,579,082	8,984	38.91	128,733,496,076	16,542,916,994	368,275
Alemanha	40.90	1,822,511,535,941	8,984	45.90	2,045,315,586,776	222,804,050,835	4,960,019
Djibuti	11.34	464,708,874	306	16.34	669,635,399	204,926,526	133,939
Dominica	21.90	143,197,045	2,231	26.90	175,896,675	32,699,630	2,931
Dinamarca	47.97	193,897,541,096	8,984	52.97	214,107,478,973	20,209,937,877	449,910
República Dominicana	14.05	17,062,439,671	2,231	19.05	23,134,653,637	6,072,213,966	544,349
			4,616				
Equador	13.88	16,495,377,503	2,231	18.88	22,437,618,803	5,942,241,300	532,698
			4,616				
Eritreia	19.53	403,196,956	306	24.53	506,447,037	103,250,081	67,484
			4,616				

Espanha	38.95	615,661,005,501	8,984	43.95	694,695,741,127	79,034,735,626	1,759,455
Estônia	33.83	13,782,450,572	8,984	38.83	15,819,693,013	2,037,242,441	45,353
			306				
Finlândia	43.23	129,769,987,350	8,984	48.23	144,779,347,485	15,009,360,135	334,135
Fiji	18.81	1,033,628,821	2,231	23.81	1,308,368,698	274,739,877	
França	47.27	1,432,669,991,253	8,984	52.27	1,584,215,195,734	151,545,204,480	3,373,669
			8,984				
Micronésia (país)	11.26	51,778,326		16.26	74,778,326	23,000,000	
Gabão	20.49	4,204,621,868	306	25.49	5,230,428,587	1,025,806,719	670,462
Reino Unido	34.26	1,144,376,326,491	8,984	39.26	1,311,377,945,524	167,001,619,033	3,717,756
Geórgia	22.58	6,895,545,365	5,679	27.58	8,422,321,889	1,526,776,524	53,769
			8,984				
Gana	13.15	10,039,782,350	306	18.15	13,858,302,070	3,818,519,721	2,495,765
			8,984				
Guiné	11.41	2,694,985,515	306	16.41	3,875,600,306	1,180,614,791	771,644
			2,231				
Gâmbia	9.23	216,004,250	306	14.23	332,999,458	116,995,208	76,467
Guiné-Bissau	9.40	184,774,769	306	14.40	283,097,839	98,323,070	64,263
Guiné Equatorial	4.99	604,075,809	306	9.99	1,209,921,936	605,846,127	395,978
Grécia	39.24	93,469,180,589	8,984	44.24	105,379,496,220	11,910,315,632	265,145
Granada	22.19	292,956,839	2,231	27.19	358,973,551	66,016,712	5,918
			9,447				
Guatemala	12.21	12,456,409,641	2,231	17.21	17,558,933,334	5,102,523,693	457,420
Guiana	20.99	3,523,749,590	2,231	25.99	4,363,064,698	839,315,108	75,241
Hong Kong	14.05	53,671,683,720	10,342	19.05	72,774,412,435	19,102,728,715	369,420
Honduras	19.20	6,605,945,350	2,231	24.20	8,325,970,842	1,720,025,493	154,193
Croácia	35.69	29,510,520,735	8,984	40.69	33,644,962,871	4,134,442,136	92,040

Haiti	5.07	1,005,861,120	2,231	10.07	1,998,402,608	992,541,488	88,977
Hungria	34.09	72,393,510,307	8,984	39.09	83,012,955,630	10,619,445,323	236,408
Indonésia	10.39	142,436,612,174	4,747	15.39	210,995,169,791	68,558,557,617	2,888,500
			8,984				
Índia	17.05	605,285,794,764	907	22.05	782,781,740,703	177,495,945,939	39,139,128
			306				
Irlanda	21.85	119,225,105,231	8,984	26.85	146,506,577,751	27,281,472,520	607,335
Irã	7.04	28,269,706,523	907	12.04	48,344,932,259	20,075,225,736	4,426,731
			5,679				
Islândia	35.13	10,895,829,044	8,984	40.13	12,446,830,674	1,551,001,629	34,528
Israel	32.79	167,179,743,664	5,679	37.79	192,674,818,449	25,495,074,785	897,872
Itália	43.28	975,997,721,313	8,984	48.28	1,088,740,281,950	112,742,560,637	2,509,852
Jamaica	27.55	5,351,355,056	2,231	32.55	6,322,522,825	971,167,768	87,061
			8,984				
Jordânia	17.47	8,875,950,862	5,679	22.47	11,416,632,979	2,540,682,117	89,476
Japão	32.89	1,385,624,459,028	10,342	37.89	1,596,271,717,017	210,647,257,989	4,073,627
Cazaquistão	20.77	54,292,057,179	906	25.77	67,363,113,233	13,071,056,054	2,885,443
Quênia	14.52	15,600,764,538	306	19.52	20,972,793,330	5,372,028,792	3,511,130
Quirguistão	28.70	4,014,742,522	906	33.70	4,714,123,917	699,381,395	154,389
Camboja	16.37	5,199,869,052	4,747	21.37	6,788,507,052	1,588,638,000	66,932
Kiribati	27.38	76,387,235		32.38	90,338,953	13,951,718	
São Cristóvão e Névis	15.03	161,915,780	2,231	20.03	215,767,436	53,851,656	4,828
Coreia do Sul	29.88	511,758,021,432	10,342	34.88	597,397,664,142	85,639,642,710	1,656,152
Kuwait	2.16	3,490,231,492	5,679	7.16	11,578,842,590	8,088,611,098	284,860
Laos	10.62	1,682,114,623	4,747	15.62	2,474,272,410	792,157,787	33,375
Líbano	5.78	1,036,533,358	5,679	10.78	1,933,396,166	896,862,809	31,585

Libéria	12.41	537,412,186	306	17.41	754,012,186	216,600,000	141,569
Líbia	1.03	518,950,534	4,616	6.03	3,043,536,657	2,524,586,122	109,384
Santa Lúcia	19.10	481,186,714	2,231	24.10	607,183,011	125,996,297	11,295
Liechtenstein	28.14	2,072,487,763	8,984	33.14	2,440,720,489	368,232,726	8,198
Sri Lanka	7.39	6,235,539,823	907	12.39	10,453,382,844	4,217,843,021	930,065
Lesoto	33.15	678,219,587	306	38.15	780,521,538	102,301,951	66,864
Lituânia	32.68	25,437,703,794	8,984	37.68	29,329,523,642	3,891,819,848	86,639
Luxemburgo	39.89	34,208,050,889	8,984	44.89	38,495,801,196	4,287,750,306	95,453
Letônia	30.92	13,491,340,007	8,984	35.92	15,672,693,931	2,181,353,924	48,561
Macau	19.42	9,138,423,586	10,342	24.42	11,491,515,772	2,353,092,186	45,506
			2,231				
Marrocos	21.24	29,969,108,660	4,616	26.24	37,024,577,321	7,055,468,660	305,696
			8,984				
Moldávia	30.22	4,998,289,222	8,984	35.22	5,825,261,049	826,971,827	18,410
Madagascar	9.23	1,480,479,396	306	14.23	2,282,064,542	801,585,146	523,912
Maldivas	18.92	1,249,023,514	907	23.92	1,579,023,514	330,000,000	72,767
México	13.87	248,154,904,040	2,231	18.87	337,599,245,092	89,444,341,052	8,018,318
Ilhas Marshall	21.78	61,844,737		26.78	76,044,737	14,200,000	
Macedônia do Norte	27.25	4,022,180,040	8,984	32.25	4,760,241,893	738,061,852	16,431
Mali	13.42	2,805,255,547	306	18.42	3,850,500,462	1,045,244,915	683,167
Malta	30.33	6,356,308,283	8,984	35.33	7,404,158,256	1,047,849,973	23,327
Myanmar	6.44	4,171,971,928	4,747	11.44	7,412,723,511	3,240,751,583	136,539
Montenegro	36.77	2,722,719,600	8,984	41.77	3,092,946,698	370,227,098	8,242
Mongólia	27.74	5,513,322,457	10,342	32.74	6,506,931,476	993,609,018	19,215
Moçambique	21.33	4,398,735,763	306	26.33	5,429,965,655	1,031,229,892	674,006
Mauritânia	12.52	1,308,815,212	306	17.52	1,831,444,065	522,628,853	341,587
			2,231				

Ilhas Maurício	19.52	2,810,219,905	306	24.52	3,530,076,269	719,856,364	470,494
Malawi	8.31	1,169,868,437	306	13.31	1,874,085,490	704,217,053	460,273
Malásia	11.68	46,665,598,939	4,747	16.68	66,648,040,366	19,982,441,427	841,898
			306				
Namíbia	26.70	3,297,589,213	306	31.70	3,915,140,455	617,551,242	403,628
Níger	9.55	1,606,555,617	306	14.55	2,447,514,138	840,958,521	549,646
Nigéria	7.17	26,016,372,007	306	12.17	44,157,119,592	18,140,747,585	11,856,698
Nicarágua	27.12	4,834,975,916	2,231	32.12	5,726,436,680	891,460,764	79,916
Países Baixos	40.16	449,019,874,577	8,984	45.16	504,926,112,071	55,906,237,494	1,244,573
Noruega	41.59	201,908,375,860	8,984	46.59	226,184,041,686	24,275,665,825	540,420
Nepal	20.65	8,448,692,845	907	25.65	10,494,096,514	2,045,403,668	451,026
Nauru	44.31	68,290,472		49.31	75,996,862	7,706,390	
Nova Zelândia	36.45	92,397,407,257	906	41.45	105,070,692,418	12,673,285,162	2,797,635
Omã	3.49	3,776,638,016	5,679	8.49	9,186,260,903	5,409,622,887	190,513
Kosovo	24.86			29.86			
Paquistão	11.31	38,284,682,252	907	16.31	55,203,105,018	16,918,422,766	3,730,633
Panamá	12.95	10,794,349,219	2,231	17.95	14,963,469,219	4,169,120,000	373,745
Peru	15.68	41,962,430,918	2,231	20.68	55,342,593,350	13,380,162,433	1,199,477
Filipinas	14.13	61,768,953,894	4,747	19.13	83,626,272,531	21,857,318,636	920,890
Palau	18.15	47,739,281		23.15	60,890,317	13,151,037	
Papua Nova Guiné	12.56	3,886,054,139		17.56	5,432,678,951	1,546,624,812	
Polónia	37.81	306,754,854,235	8,984	42.81	347,316,309,269	40,561,455,034	902,971
			2,231				
			10,342				
Portugal	37.42	107,422,740,381	8,984	42.42	121,776,741,059	14,354,000,679	319,546
Paraguai	10.79	4,633,251,633	2,231	15.79	6,781,064,810	2,147,813,177	192,543
Palestina	6.65	1,156,510,960	5,679	11.65	2,026,325,960	869,815,000	30,633

Qatar	4.43	10,450,132,764	5,679	9.43	22,238,652,951	11,788,520,187	415,162
			306				
Romênia	27.11	95,148,794,448	8,984	32.11	112,698,923,429	17,550,128,981	390,697
Rússia	31.53	637,274,356,720	8,984	36.53	738,345,430,522	101,071,073,802	2,250,024
Ruanda	14.34	2,021,298,449	306	19.34	2,726,186,881	704,888,432	460,711
Arábia Saudita	4.41	47,079,133,073	5,679	9.41	100,458,279,740	53,379,146,667	1,879,878
Sudão	3.05	3,334,421,775	4,616	8.05	8,800,772,955	5,466,351,179	236,844
Senegal	18.50	5,739,127,281	306	23.50	7,289,826,602	1,550,699,321	1,013,529
Cingapura	11.45	57,424,345,947	4,747	16.45	82,495,720,951	25,071,375,004	1,056,304
			2,231				
			306				
			8,984				
Ilhas Salomão	20.64	336,755,905		25.64	418,320,240	81,564,335	
Serra Leoa	10.70	407,685,214	306	15.70	598,176,826	190,491,612	124,504
El Salvador	19.90	6,768,915,558	2,231	24.90	8,469,696,558	1,700,781,000	152,468
São Marino	17.04	316,110,857	8,984	22.04	408,879,999	92,769,142	2,065
Somália	2.23	260,139,696	306	7.23	844,129,702	583,990,006	381,693
			9,447				
Sérvia	39.34	29,578,380,068	8,984	44.34	33,337,736,340	3,759,356,271	83,690
			306				
São Tomé e Príncipe	11.55	69,691,520	306	16.55	99,853,558	30,162,037	19,714
Suriname	19.19	725,738,707	2,231	24.19	914,860,572	189,121,865	16,954
Eslováquia	35.65	47,337,888,965	8,984	40.65	53,977,570,080	6,639,681,114	147,811
Eslovênia	37.75	25,755,173,687	8,984	42.75	29,166,012,757	3,410,839,071	75,931
Suécia	42.98	254,963,755,928	8,984	47.98	284,627,140,979	29,663,385,052	660,360
Eswatini	24.71	1,135,987,542	306	29.71	1,365,880,334	229,892,792	150,257
			2,231				
Seychelles	27.03	578,926,959	306	32.03	685,999,468	107,072,509	69,982

Síria	10.54	946,404,802	5,679	15.54	1,395,407,843	449,003,041	15,813
			2,231				
Chade	7.87	1,035,485,671	306	12.87	1,692,951,939	657,466,268	429,717
Togo	13.16	1,206,496,700	306	18.16	1,665,059,792	458,563,092	299,714
Tailândia	16.23	83,590,342,124	4,747	21.23	109,337,591,815	25,747,249,692	1,084,780
Tajiquistão	19.54	2,356,704,083	906	24.54	2,959,734,184	603,030,100	133,119
Turcomenistão	12.06	7,219,889,581	906	17.06	10,214,256,323	2,994,366,742	661,008
Timor Leste	8.71	195,374,903	4,747	13.71	307,532,048	112,157,145	4,725
Tonga	18.48	92,436,896		23.48	117,450,641	25,013,745	
Trinidad e Tobago	20.26	5,700,446,546	2,231	25.26	7,107,443,786	1,406,997,240	126,132
Tunísia	32.46	15,750,958,641	4,616	37.46	18,177,438,412	2,426,479,771	105,133
Turquia	24.95	276,501,487,601	5,679	29.95	331,902,606,264	55,401,18,663	1,951,087
Tuvalu	14.02	8,733,561		19.02	11,847,576	3,114,016	
Tanzânia	11.21	8,874,247,103	306	16.21	12,832,161,420	3,957,914,317	2,586,872
Uganda	11.05	5,446,102,289	306	16.05	7,909,746,400	2,463,644,111	1,610,225
Ucrânia	31.40	56,122,056,481	8,984	36.40	65,059,907,550	8,937,851,069	198,973
Uruguai	26.51	20,477,402,063	2,231	31.51	24,339,443,643	3,862,041,579	346,216
Estados Unidos	26.82	7,338,580,516,237	9,447	31.82	8,706,627,266,237	1,368,046,750,000	28,962,565
Uzbequistão	22.31	20,276,625,022	906	27.31	24,821,082,487	4,544,457,465	1,003,191
			8,984				
São Vicente e Granadinas	26.67	284,256,783	2,231	31.67	337,554,931	53,298,148	4,778
Venezuela	20.19	97,378,053,929	2,231	25.19	121,496,019,867	24,117,965,938	2,162,077
Vietnã	13.92	59,795,521,791	4,747	18.92	81,281,370,244	21,485,848,452	905,239
Vanuatu	10.85	122,250,128		15.85	178,565,796	56,315,668	
Samoa	25.36	236,862,694		30.36	283,567,711	46,705,017	

Iêmen	7.04	1,520,808,513	8,984	12.04	2,601,116,546	1,080,308,033	24,050
			5,679				
África do Sul	27.85	105,207,558,518		32.85	124,096,638,568	18,889,080,049	
			306				
Zâmbia	16.44	4,631,028,187		21.44	6,039,159,735	1,408,131,548	
Zimbábue	14.89	3,950,920,596	306	19.89	5,277,834,271	1,326,913,675	867,264

Tabela 9: Imposto sobre a fortuna, receita tributária e orçamentos educacionais por país (educação primária)

País	Valor total da receita tributária por país (USD corrente)	Gastos do governo com educação por aluno - relatório GEM (em dólares americanos)	Da receita adicional gerada por um imposto sobre a fortuna, se 20% forem alocados para o orçamento da educação (em dólares americanos atuais)	Quantos alunos a mais seriam cobertos se os 20% a mais fossem gastos em despesas com educação por aluno?
Aruba	666,652,219	2,231		
Afeganistão	980,376,492	907	18,148,718	20,010
Angola	19,016,652,563	306	201,712,708	659,192
Anguilla		2,231		
		8,984		
Albânia	5,684,938,218	8,984	23,352,661	2,599
		8,984		
Emirados Árabes Unidos	99,865,141,470	5,679	2,924,786,294	515,018
Argentina	186,295,430,290	2,231	318,928,691	142,953
Armênia	5,457,418,138	5,679	24,231,656	4,267
		306		
Antígua e Barbuda	341,189,284	2,231		
Austrália	516,701,037,710		4,684,938,472	
Áustria	225,577,535,514	8,984	1,607,715,346	178,953
Azerbaijão	9,747,254,898	5,679	49,842,086	8,777
Burundi	429,159,870	306	8,144,745	26,617
Bélgica	283,894,362,152	8,984	169,609,153	18,879
Benin	2,287,266,064	306	51,265,225	167,533
		2,231		
Burkina Faso	3,232,913,212	306	33,949,870	110,947
Bangladesh	33,975,897,612	907	0	0
Bulgária	30,760,971,107	8,984	174,168,361	19,387

Bahrein	1,262,568,015	5,679	67,906,738	11,958
Bahamas	2,061,677,219	2,231	19,937,116	8,936
Bósnia e Herzegovina	9,881,456,108	8,984	57,827,673	6,437
		2,231		
Belarus	23,439,120,929	8,984		
Belize	674,097,992	2,231	3,138,892	1,407
		9,447		
Bolívia	9,305,896,126	2,231	110,407,406	49,488
Brasil	709,198,387,094	2,231	9,834,272,931	4,408,011
Barbados	1,881,223,412	2,231		
Brunei	1,824,179,749	4,747	18,066,906	3,806
Butão	341,990,682	907	2,853,627	3,146
		2,231		
Botsuana	4,643,894,163	306	30,277,736	98,947
República Centro-Africana	183,629,847	306	10,982,677	35,891
Canadá	706,876,441,389	9,447	7,922,756,803	838,653
Suíça	253,195,092,629	8,984	2,088,500,764	232,469
Chile	69,679,734,069	2,231	1,006,462,605	451,126
China	3,973,441,416,368	10,342	128,583,424,013	12,433,129
Costa do Marfim	10,131,452,666	306	56,647,229	185,122
Camarões	6,253,780,356	306	84,477,287	276,070
República Democrática do Congo	7,961,264,064	306	52,174,030	170,503
Congo	1,337,871,907	306	25,278,725	82,610
Colômbia	80,705,917,458	2,231	537,281,304	240,825
Comores	104,201,333	306	2,348,032	7,673
Cabo Verde	460,183,737	306	1,865,323	6,096
Costa Rica	12,302,101,122	2,231	166,155,485	74,476
Cuba	19,004,758,484	2,231	127,216,858	57,022
Chipre	9,296,746,933	5,679	52,477,778	9,241
República Tcheca	112,190,579,082	8,984	841,206,401	93,634
Alemanha	1,822,511,535,941	8,984	14,097,615,980	1,569,191
Djibuti	464,708,874	306	4,941,745	16,149
Dominica	143,197,045	2,231		
Dinamarca	193,897,541,096	8,984	1,241,337,019	138,172
República Dominicana	17,062,439,671	2,231	102,775,813	46,067
		4,616	185,267,841	40,136
Equador	16,495,377,503	2,231	58,924,646	26,412
		4,616	726,674,899	157,425
Eritreia	403,196,956	306	3,358,655	10,976
		4,616		
Espanha	615,661,005,501	8,984	2,132,453,525	237,361
Estônia	13,782,450,572	8,984	88,533,775	9,855

		306	94,914,051	310,177
Finlândia	129,769,987,350	8,984	272,400,168	30,321
Fiji	1,033,628,821	2,231	-	-
França	1,432,669,991,253	8,984	8,104,977,614	902,157
Micronésia (país)	51,778,326	-	-	-
Gabão	4,204,621,868	306	18,987,489	62,051
Reino Unido	1,144,376,326,491	8,984	6,466,026,037	719,727
Geórgia	6,895,545,365	5,679	33,428,404	5,886
		8,984		
Gana	10,039,782,350	306	99,132,050	323,961
		8,984		
Guiné	2,694,985,515	306	21,693,285	70,893
		2,231		
Gâmbia	216,004,250	306	1,498,331	4,897
Guiné-Bissau	184,774,769	306	5,322,330	17,393
Guiné Equatorial	604,075,809	306	13,754,369	44,949
Grécia	93,469,180,589	8,984	0	0
Granada	292,956,839	2,231		
		9,447		
Guatemala	12,456,409,641	2,231	160,141,775	71,780
Guiana	3,523,749,590	2,231	48,101,635	21,561
Hong Kong	53,671,683,720	10,342	1,426,805,688	137,962
Honduras	6,605,945,350	2,231	46,577,405	20,877
Croácia	29,510,520,735	8,984	363,707,444	40,484
Haiti	1,005,861,120	2,231	34,262,791	15,358
Hungria	72,393,510,307	8,984	566,391,240	63,044
Indonésia	142,436,612,174	4,747	1,593,970,867	335,785
		8,984		
Índia	605,285,794,764	907	17,794,445,242	19,619,013
		306		
Irlanda	119,225,105,231	8,984	601,715,944	66,976
Irã	28,269,706,523	907	313,436,221	345,575
		5,679	329,777,636	58,070
Islândia	10,895,829,044	8,984	79,489,676	8,848
Israel	167,179,743,664	5,679	1,829,422,342	322,138
Itália	975,997,721,313	8,984	4,953,211,633	551,337
Jamaica	5,351,355,056	2,231	26,331,838	11,803
		8,984		
Jordânia	8,875,950,862	5,679	56,487,895	9,947
Japão	1,385,624,459,028	10,342	12,741,022,619	1,231,969
Cazaquistão	54,292,057,179	906	767,059,891	846,644
Quênia	15,600,764,538	306	186,614,616	609,852
Quirguistão	4,014,742,522	906	7,718,433	8,519
Camboja	5,199,869,052	4,747	76,741,298	16,166
Kiribati	76,387,235			
São Cristóvão e Névis	161,915,780	2,231		

Coreia do Sul	511,758,021,432	10,342	4,715,828,440	455,988
Kuwait	3,490,231,492	5,679	703,502,852	123,878
Laos	1,682,114,623	4,747	22,146,240	4,665
Líbano	1,036,533,358	5,679	87,090,465	15,336
Libéria	537,412,186	306	246,254	805
Líbia	518,950,534	4,616	47,635,128	10,320
Santa Lúcia	481,186,714	2,231		
Liechtenstein	2,072,487,763	8,984		
Sri Lanka	6,235,539,823	907	90,775,270	100,083
Lesoto	678,219,587	306	3,747,524	12,247
Lituânia	25,437,703,794	8,984	136,272,370	15,168
Luxemburgo	34,208,050,889	8,984	0	0
Letônia	13,491,340,007	8,984	107,235,438	11,936
Macau	9,138,423,586	10,342	42,298,338	4,090
		2,231		
Marrocos	29,969,108,660	4,616	291,107,944	63,065
		8,984		
Moldávia	4,998,289,222	8,984	4,565,865	508
Madagascar	1,480,479,396	306	36,709,107	119,964
Maldivas	1,249,023,514	907	3,938,151	4,342
México	248,154,904,040	2,231	4,783,510,296	2,144,110
Ilhas Marshall	61,844,737	-	-	-
Macedônia do Norte	4,022,180,040	8,984	15,404,404	1,715
Mali	2,805,255,547	306	31,592,077	103,242
Malta	6,356,308,283	8,984	10,133,636	1,128
Myanmar	4,171,971,928	4,747	215,511,317	45,399
Montenegro	2,722,719,600	8,984	8,118,088	904
Mongólia	5,513,322,457	10,342	28,940,117	2,798
Moçambique	4,398,735,763	306	38,039,855	124,313
Mauritânia	1,308,815,212	306	13,053,816	42,660
		2,231		
Ilhas Maurício	2,810,219,905	306	15,460,494	50,524
Malawi	1,169,868,437	306	16,380,451	53,531
Malásia	46,665,598,939	4,747	775,037,157	163,269
		306		
Namíbia	3,297,589,213	306	40,263,166	131,579
Níger	1,606,555,617	306	15,189,334	49,638
Nigéria	26,016,372,007	306	1,205,590,315	3,939,838
Nicarágua	4,834,975,916	2,231	51,059,804	22,887
Países Baixos	449,019,874,577	8,984	1,296,194,105	144,278
Noruega	201,908,375,860	8,984	415,608,673	46,261
Nepal	8,448,692,845	907	77,126,044	85,034
Nauru	68,290,472			
Nova Zelândia	92,397,407,257	906	743,348,332	820,473
Omã	3,776,638,016	5,679	166,953,809	29,398
Kosovo	-	-	-	-
Paquistão	38,284,682,252	907	602,724,788	664,526
Panamá	10,794,349,219	2,231	60,939,787	27,315
Peru	41,962,430,918	2,231	779,606,347	349,443
Filipinas	61,768,953,894	4,747	895,844,877	188,718

Palau	47,739,281	-	-	-
Papua Nova Guiné	3,886,054,139		39,342,888	
Polônia	306,754,854,235	8,984	1,132,828,587	126,094
		2,231		
		10,342	19,128,604	1,850
Portugal	107,422,740,381	8,984	792,641,209	88,228
Paraguai	4,633,251,633	2,231	76,750,624	34,402
Palestina	1,156,510,960	5,679	42,469,983	7,478
Qatar	10,450,132,764	5,679		
		306		
Romênia	95,148,794,448	8,984	521,875,494	58,089
Rússia	637,274,356,720	8,984	10,908,877,356	1,214,256
Ruanda	2,021,298,449	306	26,167,573	85,515
Arábia Saudita	47,079,133,073	5,679	2,410,830,153	424,517
Sudão	3,334,421,775	4,616	44,747,851	9,694
Senegal	5,739,127,281	306	31,743,588	103,737
Cingapura	57,424,345,947	4,747	2,909,478,207	612,909
		2,231		
		306		
		8,984		
Ilhas Salomão	336,755,905			
Serra Leoa	407,685,214	306	8,435,102,991	27,565,696
El Salvador	6,768,915,558	2,231	22,106,069	9,909
São Marino	316,110,857	8,984		
Somália	260,139,696	306	25,027,678	81,790
		9,447		
Sérvia	29,578,380,068	8,984	48,277,494	5,374
		306	2,490,350	8,138
São Tomé e Príncipe	69,691,520	306	925,508	3,025
Suriname	725,738,707	2,231	5,292,436	2,372
Eslováquia	47,337,888,965	8,984	82,145,460	9,144
Eslovênia	25,755,173,687	8,984	131,756,075	14,666
Suécia	254,963,755,928	8,984	2,700,539,649	300,594
Eswatini	1,135,987,542	306	9,807,839	32,052
		2,231		
Seychelles	578,926,959	306	2,287,891	7,477
Síria	946,404,802	5,679	55,939,470	9,850
		2,231		
Chade	1,035,485,671	306	23,218,879	75,879
Togo	1,206,496,700	306	8,314,754	27,172
Tailândia	83,590,342,124	4,747	924,477,287	194,750
Tajiquistão	2,356,704,083	906	11,299,610	12,472
Turcomenistão	7,219,889,581	906	97,258,340	107,349
Timor Leste	195,374,903	4,747	11,343,727	2,390
Tonga	92,436,896			
Trinidad e Tobago	5,700,446,546	2,231	30,886,507	13,844

Tunísia	15,750,958,641	4,616	45,215,863	9,795
Turquia	276,501,487,601	5,679	1,504,556,680	264,933
Tuvalu	8,733,561		3,410,506,905	
Tanzânia	8,874,247,103	306	211,585,960	691,457
Uganda	5,446,102,289	306	114,685,657	374,790
Ucrânia	56,122,056,481	8,984	263,895,111	29,374
Uruguai	20,477,402,063	2,231	98,314,100	44,067
Estados Unidos	7,338,580,516,237	9,447	140,879,238,269	14,912,590
Uzbequistão	20,276,625,022	906	143,663,982	158,570
		8,984		
São Vicente e Granadinas	284,256,783	2,231		
Venezuela	97,378,053,929	2,231		
Vietnã	59,795,521,791	4,747	761,144,841	160,342
Vanuatu	122,250,128	-	-	-
Samoa	236,862,694	-	-	-
Iêmen	1,520,808,513	8,984	11,963,433	1,332
		5,679		
África do Sul	105,207,558,518	306	1,891,724,656	
Zâmbia	4,631,028,187		62,929,829	
Zimbábue	3,950,920,596	306	15,105,036	49,363
TOTAL			439,366,831,408	108,942,372

Referências

- '250 Million Children Out-of-School: What You Need to Know about UNESCO's Latest Education Data | UNESCO'. Accessed 1 October 2024. <https://www.unesco.org/en/articles/250-million-children-out-school-what-you-need-know-about-unescos-latest-education-data>.
- ActionAid. 'Fifty Years of Failure: The IMF, Debt and Austerity in Africa', October 2023. <https://actionaid.org/publications/2023/fifty-years-failure-imf-debt-and-austerity-africa>.
- Amnesty International. 'What's Tax Got to Do with It: A Resource Guide on Tax and Human Rights', September 2024. <https://www.amnesty.org/en/documents/pol30/8134/2024/en/>.
- Archer, David. 'Transforming the Financing of Education at the Mid-Point of the Sustainable Development Goals'. *International Journal of Educational Development* 103 (November 2023): 102931. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2023.102931>.
- Cobham, Alex. *What Do We Know and What Should We Do about ... Tax Justice? What Do We Know and What Should We Do About ...?* London: Sage, 2024.
- Cobham, Alex, Fariya Mohiuddin, and Liz Nelson. 'Global Tax Justice and Human Rights'. In *Human Rights and Economic Inequalities*, edited by Catherine Porter, Diane Frey, and Gillian MacNaughton, 168–92. Globalization and Human Rights. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. <https://doi.org/10.1017/9781009006545.007>.
- Education International. 'Tax Justice: A Resource Guide for Education Unions', May 2014. <https://www.ei-ie.org/en/item/25779:tax-justice-a-resource-guide-for-education-unions>.
- Education International, and ActionAid. 'Education versus Austerity: Why Public Sector Wage Bill Constraints Undermine Teachers and Public Education Systems - and Must End', June 2022. <https://www.ei-ie.org/en/item/26605:education-versus-austerity>.
- GEM Report SCOPE. 'Finance'. Accessed 1 October 2024. <https://www.education-progress.org/en/articles/finance>.
- International Commission on Financing Global Education Opportunity. 'The Learning Generation: Investing in Education for a Changing World', n.d. http://report.educationcommission.org/wp-content/uploads/2016/08/Learning_Generation_Exec_Summary.pdf.
- International Labour Organization, United Nations, and UNESCO. 'United Nations Secretary-General's High-Level Panel on the Teaching Profession: Recommendations and Summary of Deliberations', 2024. <https://www.unesco.org/sdg4education2030/en/knowledge-hub/recommendations-and-summary-deliberations-united-nations-secretary-generals-high-level-panel>.
- International Monetary Fund. 'Fiscal Policy and Development: Human, Social, and Physical Investments for the SDGs'. International Monetary Fund. Accessed 29 September 2024. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2019/01/18/Fiscal-Policy-and-Development-Human-Social-and-Physical-Investments-for-the-SDGs-46444>.
- Kentikelenis, Alexandros, and Thomas Stubbs. 'IMF Social Spending Floors: A Fig Leaf for Austerity?' Oxfam International, 13 April 2023. <https://doi.org/10.21201/2023.621495>.

- Nelson, Liz. 'Tax Justice & Human Rights: The 4 Rs and the Realisation of Rights'. Tax Justice Network, 7 June 2021. <https://taxjustice.net/reports/tax-justice-human-rights-the-4-rs-and-the-realisation-of-rights/>.
- NORRAG. 'Domestic Financing: Tax and Education', November 2020.
- Ron Balsera, Maria, Steven J. Klees, and David Archer. 'Financing Education: Why Should Tax Justice Be Part of the Solution?' *Compare: A Journal of Comparative and International Education* 48, no. 1 (2 January 2018): 147–62. <https://doi.org/10.1080/03057925.2017.1394743>.
- Schultz, Alison, and Miroslav Palanský. 'Taxing Extreme Wealth: What Countries around the World Could Gain from Progressive Wealth Taxes', 2024. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/PUX5E>.
- . 'Taxing Extreme Wealth: What Countries around the World Could Gain from Progressive Wealth Taxes', 2024. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/PUX5E>.
- Sepúlveda Carmona, Magdalena. 'Report of the Special Rapporteur on Extreme Poverty and Human Rights, Magdalena Sepúlveda Carmona'. United Nations, 22 May 2014. <https://digitallibrary.un.org/record/773515>.
- Tax and Education Alliance. 'Transforming Education Financing: A Toolkit for Activists', n.d. <https://campaignforeducation.org/images/downloads/f1/2106/education-financing-toolkit-english.pdf>.
- Tax and Education Alliance, ActionAid, GRADE, Tax Justice Network, Centre for Economic and Social Rights, and Global Campaign for Education. 'Breaking Out of the Bubble to Transform Education Financing: How the Strategic Finance Agenda from the Transforming Education Summit Could Deliver Breakthroughs in 89 Countries', n.d. <https://actionaid.org/sites/default/files/publications/Breaking%20Out%20of%20the%20Bubble.pdf>.
- Tax Justice Network. 'Beyond20: A New Strategic Framework for the Tax Justice Network', May 2023. <https://taxjustice.net/wp-content/uploads/2023/05/Tax-Justice-Network-beyond20-Strategic-Framework-May-2023.pdf>.
- . 'Tax Us If You Can (Second Edition)', n.d. <https://taxjustice.net/reports/tax-us-if-you-can-second-edition/>.
- . 'The State of Tax Justice 2023', 2023. <https://taxjustice.net/wp-content/uploads/SOTJ/SOTJ23/English/State%20of%20Tax%20Justice%202023%20-%20Tax%20Justice%20Network%20-%20English.pdf>.
- Tax Justice Network, Center for Economic and Social Rights, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Economic Policy Working Group at ESCR-Net, Global Network of Movement Lawyers at Movement Law Lab, Government Revenue and Development Estimations project (University of St Andrews/University of Leicester), Minority Rights Group, Tax Justice Network-Africa, and Steven Dean. 'Litany of Failure: The OECD's Stewardship of International Taxation', 2024. https://taxjustice.net/wp-content/uploads/2024/05/oecd_failures_2024.pdf.
- The Education Comission. 'The Learning Generation: Domestic Tax and Education', n.d. http://curtisresearch.org/wp-content/uploads/domestic_tax_and_education_final_report.pdf.

- 'Transforming Education Summit | United Nations'. Accessed 17 September 2024. <https://www.un.org/en/transforming-education-summit>.
- UN Secretary General. 'Promotion of Inclusive and Effective International Tax Cooperation at the United Nations: Report of the Secretary-General'. UN, 26 July 2023. <https://digitallibrary.un.org/record/4019360>.
- UNESCO. 'Global Report on Teachers: Addressing Teacher Shortages and Transforming the Profession', 2024. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388832>.
- . 'Incheon Declaration and Framework for Action for the Implementation of Sustainable Development Goal 4: Ensure Inclusive and Equitable Quality Education and Promote Lifelong Learning Opportunities for All', n.d. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656>.
- . 'Right to Education Handbook', 2019. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366556>.
- . 'Thematic Action Track 5: Financing of Education Discussion Paper (Transforming Education Summit 2022)', September 2022. <https://www.unesco.org/sdg4education2030/en/knowledge-hub/youth-declaration-consultation-process>.
- UNESCO GEM Report. 'Can Countries Afford Their National SDG 4 Benchmarks?', April 2023. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385004>.
- UNESCO Institute of Statistics. 'UIS Data Browser'. Accessed 30 September 2024. <https://uis-data-browser-frontend-enmhah4ay-ixt1.vercel.app/view>.
- United Nations. 'Financing Education: Investing More, More Equitably and More Efficiently in Education'. United Nations. Accessed 14 September 2024. <https://www.un.org/en/transforming-education-summit/financing-education>.
- . 'International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights', January 1976. <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-covenant-economic-social-and-cultural-rights>.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs. *Report of the Inter-Agency Task Force on Financing for Development: Financing for Sustainable Development Report 2021*. Report of the Inter-Agency Task Force on Financing for Development. United Nations, 2021. <https://doi.org/10.18356/9789216040031>.
- United Nations Human Rights Council. 'Right to Education: The Implementation of the Right to Education and Sustainable Development Goal 4 in the Context of the Growth of Private Actors in Education', n.d. <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g19/104/10/pdf/g1910410.pdf>.
- 'UNU WIDER : GRD – Government Revenue Dataset'. Accessed 15 October 2024. <https://www.wider.unu.edu/project/grd-government-revenue-dataset>.
- World Bank Open Data. 'World Bank Open Data'. Accessed 15 October 2024. <https://data.worldbank.org>.